



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS (FCS)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

AMANDA GLAYCE LOPES DO SACRAMENTO

**Colonialismo e Contra- colonização nos processos de
saúde no Quilombo Extrema, Iaciara, Goiás**

GOIÂNIA, 2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

AMANDA GLAYCE LOPES DO SACRAMENTO

3. Título do trabalho

COLONIALISMO E CONTRA-COLONIZAÇÃO NOS PROCESSOS DE SAÚDE NO QUILOMBO EXTREMA, IACIARA, GOIÁS

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Alecsandro Jose Prudencio Ratts, Professor do Magistério Superior**, em 24/07/2024, às 21:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Glayce Lopes Do Sacramento, Discente**, em 29/07/2024, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4690957** e o código CRC **A419C8A1**.

AMANDA GLAYCE LOPES DO SACRAMENTO

Colonialismo e Contra- colonização nos processos de saúde no Quilombo Extrema, Iaciara, Goiás

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para a obtenção do título de Mestra em Antropologia Social. Área de concentração: Antropologia Social. Linha de pesquisa: Corpo e marcadores sociais da diferença.

Orientador: Prof. Doutor Alecsandro (Alex) J. P. Ratts.

GOIÂNIA, 2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Sacramento, Amanda Glayce Lopes do
Colonialismo e Contra-colonização nos processos de saúde no Quilombo Extrema, Iaciara, Goiás [manuscrito] / Amanda Glayce Lopes do Sacramento. - 2025.
XCI, 91 f.

Orientador: Prof. Dr. Alecsandro (Alex) J. P. Ratts.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Goiânia, 2025.
Bibliografia. Anexos. Apêndice.
Inclui siglas, fotografias, abreviaturas, lista de figuras.

1. Saúde Quilombola. 2. Ancestralidade. 3. Colonialismo. 4. Contracolônização. I. Ratts, Alecsandro (Alex) J. P., orient. II. Título.

CDU 572



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 005/24-M da sessão de Defesa de Dissertação de **AMANDA GLAYCE LOPES DO SACRAMENTO**, que lhe confere o título de Mestre em Antropologia Social, na área de concentração Antropologia Social.

Aos vinte e oito dias do mês de junho de 2024, às 09:00 horas, na Faculdade de Ciências Sociais, realizou-se a sessão de julgamento da Dissertação de Mestrado de **AMANDA GLAYCE LOPES DO SACRAMENTO**, intitulada *COLONIALISMO E CONTRA-COLONIZAÇÃO NOS PROCESSOS DE SAÚDE NO QUILOMBO EXTREMA, IACIARA, GOIÁS*. A Banca Examinadora foi composta pelos/as seguintes Professores/as Doutores/as: Alecsandro José Prudêncio Ratts (PPGAS/UFG - presidente); Suzane de Alencar Vieira (PPGAS/UFG - membro interno) e Ana Claudia Rodrigues da Silva (UFPE - membro externo). O candidato apresentou seu trabalho, foi arguido pela Banca e respondeu às arguições. Ao final da arguição, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão reservada, pelo qual foi atribuído à mestranda o seguinte resultado: **aprovada**. Reabertos os trabalhos, o presidente proclamou os resultados e encerrou a sessão pública, da qual foi lavrada a presente ata, que vai assinada por ele e os demais integrantes da Banca Examinadora.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Alecsandro Jose Prudencio Ratts, Professor do Magistério Superior**, em 24/07/2024, às 21:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Suzane De Alencar Vieira, Professora do Magistério Superior**, em 16/08/2024, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Mello De Almeida Neto, Diretor**, em 16/09/2024, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4690956** e o código CRC **6092CE0B**.

Referência: Processo nº 23070.036116/2024-34

SEI nº 4690956

A todas as mulheres quilombolas, guardiãs dos
nossos conhecimentos, em especial, minha
mãe Madalena Rocha e minha avó Catarina
Conceição.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pela vida e pela generosidade nos compartilhamentos de saberes que carrego comigo. Aos meus irmãos, Kananda e Caio, pelo carinho e companheirismo.

Aos meus amigos: Pabliny, Jane Kelly, Joseph, Bruna, Edilson, Claus e Vítor pela escuta e acolhimento do sofrimento vivido nesse percurso do mestrado. Emicida bem falou, “Quem tem um amigo tem tudo. Quem tem. Ô sorte!”. Agradeço pela sorte dos nossos encontros.

As queridas Larissa Rios e Galba Cristina, colegas do mestrado que tornaram a caminhada mais leve, divertida e afetuosa.

A Dan e Nívia, pela escuta sensível e cuidadosa das minhas angústias no processo de escrita.

Ao Coletivo de Saúde da CONAQ, importante espaço de aprendizado e luta sobre a saúde quilombola.

Aos meus interlocutores, meus parentes que cuidadosamente me receberam em suas casas e se dispuseram a compartilhar suas (nossas) histórias e tirar minhas dúvidas.

Agradeço à professora Camila Wichers pelas valiosas contribuições realizadas durante a banca de qualificação. Professora, nutro profundo respeito e encantamento pelo seu compromisso com o exercício de uma docência afetuosa, cuidadosa e humanizada.

Ao Alex Ratts, orientador nessa trajetória acadêmica.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo recurso recebido que viabilizou a permanência no curso de pós-graduação.

De mãe

*O cuidado de minha poesia
aprendi foi de mãe,
mulher de pôr reparo nas coisas,
e de assuntar a vida.*

*A brandura de minha fala
na violência de meus ditos
ganhei de mãe, mulher prenhe de dizeres,
fecundados na boca do mundo.*

*Foi de mãe todo o meu tesouro,
veio dela todo o meu ganho
mulher de sapiência, yabá,
do fogo tirava água
do pranto criava consolo.*

*Foi de mãe esse meio riso
dado para esconder
alegria inteira
e essa fé desconfiada,
pois, quando se anda descalço,
cada dedo olha a estrada.*

*Foi mãe que me descegou
para os contos milagreiros da vida
apontando-me o fogo disfarçado
em cinzas e a agulha do
tempo movendo no palheiro.*

*Foi mãe que me fez sentir as flores
amassadas debaixo das pedras;
os corpos vazios rente às calçadas
e me ensinou, insisto, foi ela,
a fazer da palavra artifício
arte e ofício do meu canto,
da minha fala.*

(Conceição Evaristo)

RESUMO

Esta pesquisa, realizada no Quilombo de Extrema, localizado no município de Iaciara/GO, discutiu os processos de saúde, adoecimento e cura, tendo como ponto de partida a trajetória da matriarca Catarina Maria da Conceição. Para isso, discutimos as relações de poder na produção de conhecimento a respeito de saúde; investigamos a percepção das pessoas de Extrema sobre o tema; Identificamos as práticas ancestrais de cuidado na comunidade e abordamos o racismo estrutural e institucional enquanto produtores de sofrimento e adoecimento. A partir das análises foi possível eleger o Estado e a Igreja católica como os principais promotores de enfraquecimento das práticas de saúde em Extrema. O Estado opera por meio da atualização dos processos de colonização nas políticas públicas, a Necropolítica e o racismo institucionalizado. A Igreja católica atua nos processos de catequização e demonização da nossa religiosidade. A contracolonização é concebida como o movimento de oposição a essas violências. Desse modo, foram apresentadas as tecnologias de cuidado desenvolvidas e a relação de (des)obediência estabelecida com a Igreja católica.

Palavras-chave: saúde quilombola; ancestralidade; colonialismo; contracolonização.

ABSTRACT

This research, carried out in the Quilombo Extrema, located in the municipality of Iaciara, Goiás, Brazil, discussed the processes of health, illness and cure, having as its starting point the trajectory of the matriarch Catarina Maria da Conceição. For this, we discuss the power relations in the production of knowledge about health; we investigate the perception of Extrema people on the subject; We identified ancestral care practices in the community and addressed structural and institutional racism as producers of suffering and illness. From the analysis it was possible to elect the State and the Catholic Church as the main promoters of weakening health practices in Extrema. The State operates by updating the processes of colonization in public policies, Necropolitics and institutionalized racism. The Catholic Church acts in the processes of catechizing and demonizing our religiosity. Contracolonization is conceived as the movement of opposition to such violence. Thus, the developed care technologies and the relationship of (dis)obedience established with the Catholic Church were presented.

Keywords: quilombola health; ancestry; colonialism; contracolonization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Extrema e Levantado – Envolvimento.....	19
Figura 2 - Certidão de Autodefinição Extrema.....	22
Figura 3 - Igreja.....	24
Figura 4 - Igreja e sino.....	24
Figura 5 - Escola Municipal João Damasceno Rocha.....	25
Figura 6 - “Queremos nosso território legalizado e o nosso direito respeitado”	28
Figura 7 - Entrada para as comunidades Extrema e Levantado, em 2023.....	28
Figura 8 - Catarina.....	31
Figura 9 - Retratos	32
Figura 10 - Cemitério Extrema.....	32
Figura 11 - Fazer-pesquisa e fazer-família.....	42
Figura 12 - Preparo para a festa do mastro.....	65
Figura 13 – Girandas.....	66
Figura 14 - Mastro de Sagrado coração de Maria.....	66
Figura 15 - Mastro de São João, comunidade Levantado.....	67
Figura 16 - Mastro de São João, comunidade levantado II.....	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Execução Orçamento Regularização Fundiária Quilombola – 2014 a 2022. Elaboração: Inesc. Fonte: Siga Brasil. *2014 a 2019. Todos os dados corrigidos pela inflação (IPCA).....	34
---	----

LISTA DE SIGLAS

- Fundação Cultural Palmares (FCP)
- Sistema Único de Saúde (SUS)
- Universidade Federal de Goiás (UFG)
- Associação Quilombola Extrema (AQUE)
- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)
- Organização Mundial de Saúde (OMS)
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
- Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
- Conferência Nacional de Saúde (CNS)
- Unidade Básica de Saúde (UBS)
- Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)
- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
- Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (RENAFRO)
- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)
- Estratégia de Saúde da Família (ESF)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
INTERLOCUTORES	18
CAPÍTULO 01: “ALGUÉM ME AVISOU PRA PISAR NESSE CHÃO DEVAGARINHO”: EXTREMA E CATARINA	19
1.1 EXTREMA.....	19
1.2 CATARINA	31
CAPÍTULO 2- “AGORA É LEI”: PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO RACISMO EM EXTREMA E AS PRÁTICAS DE SAÚDE	39
2.1 “CHEGA E NÃO PEDE LICENÇA?”: O MODELO BIOMÉDICO NO TERRITÓRIO.....	39
2.2 “QUANDO FALA EM SAÚDE, CÊ JÁ PENSA LOGO É NA MORTE”: A POLÍTICA DO DEIXAR MORRER.....	44
2.3 “SAÚDE PELAS METADE NÃO É SAÚDE”	48
2.4 PROCESSOS DE CATEQUIZAÇÃO E ENFRAQUECIMENTO DAS PRÁTICAS DE SAÚDE.....	51
CAPÍTULO 3: “EU NÃO GOSTO DE PLANTAR FLOR NÃO, EU GOSTO DE PLANTAR REMÉDIO”: TECNOLOGIAS DE CUIDADO E CURA	56
3.1 “SAÚDE? QUAL TIPO DE SAÚDE?”.....	56
3.2 DESOBEDIÊNCIA E RESISTÊNCIA.....	61
3.3 AQUE E CONAQ - ESPERANÇAR QUILOMBOLA	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	76
APÊNDICE A	83

INTRODUÇÃO

Toda teoria está posicionada em algum lugar e é sempre escrita por alguém. Desse modo, não há discursos neutros e despersonalizados. E por mais que acadêmicos brancos afirmem que seus discursos são neutros e objetivos, eles escrevem de um lugar historicamente localizado. E este é um lugar de poder, uma vez que há a tentativa de produzir conhecimento universal. Grada Kilomba (2019, p. 58-59) pontua: “Eu, como mulher negra, escrevo com palavras que descrevem minha realidade, não escrevo com palavras que descrevam a realidade de um erudito branco, pois escrevemos de lugares diferentes. Escrevo da periferia, não do centro”. Partindo dessa reflexão, direi o lugar de onde estou teorizando.

Sou uma mulher preta, cisgênera, quilombola pertencente à comunidade Extrema¹, filha de lideranças e neta da matriarca Catarina. Eu venho de um lugar onde até meados de 2014, as adolescentes e mulheres eram buscadas para trabalhar em Iaciara como empregada doméstica. O valor dos salários nunca se aproximou do valor do salário mínimo e os combinados em relação à jornada de trabalho envolviam uma mudança para casa da pessoa que empregava. Assim, o meu sonho de cursar uma graduação era percebido como desejo de grandeza e arrogância. Ousar recusar esse destino era esperar “cuspir para cima e cair na cara”. Mas, ainda bem que eu tenho uma mãe que sonha, deseja e tem esperança comigo. Madalena Rocha, mulher que chamo orgulhosamente de mãe, foi a primeira pessoa de Extrema a concluir uma graduação e mestrado na Universidade Federal de Goiás. Nessa mulher habita força e desejo pela transformação social. Foi ela quem pesquisou a nossa história, junto aos anciãos, e reivindicou o reconhecimento como quilombola através da Fundação Cultural Palmares (FCP). Também foi ela quem soube que na UFG havia reserva de vagas para estudantes quilombolas na graduação. Madalena é professora concursada no município de Iaciara-GO, pesquisadora e liderança da comunidade. Presidenta-fundadora da Associação Quilombola Extrema (AQUE), gestora do Pontinho de Cultura Quilombola Extrema, coordenadora do Ateliê Terezinha Rocha-Boneca Catarina.

¹ Extrema é uma comunidade quilombola que está localizada no município de Iaciara, no norte do estado de Goiás.

Com isso, acredito que a força das mulheres da minha família e o desejo pela transformação social desembocam na minha escrita e me inspiram, “O cuidado de minha poesia, aprendi foi de mãe, mulher de pôr reparo nas coisas e de assuntar a vida” (Evaristo, 2017, p.25) foi com minha mãe que aprendi fazer da palavra artifício, arte e ofício.

Portanto, neste trabalho busquei entender e registrar os processos de saúde, adoecimento e cura em Extrema tendo como ponto de partida a trajetória de Catarina Maria da Conceição, minha avó.

Durante a graduação estudei noções de saúde que não contemplavam a mim e as pessoas de onde eu vim. Esses conhecimentos foram transmitidos como universais e única possibilidade de ciência. Não éramos ensinados ou provocados a questionar o lugar em que os autores estavam teorizando. Assim, a minha formação como profissional da saúde foi atravessada por desencontros teóricos, uma vez que a minha experiência com saúde envolvia benzimentos, fé, afetos, ervas medicinais e um modo de vida construído no Quilombo. Cresci assistindo minha avó benzer da espinhela, tirar sol da cabeça e manusear ervas medicinais para nos curar das enfermidades.

As estruturas de validação do conhecimento são controladas por acadêmicos brancos. Estes definem o que é verdade e anunciam suas perspectivas como universais. Assim, ocorre uma reprodução das relações raciais e de poder no campo do conhecimento (Kilomba, 2019). Sueli Carneiro (2005) afirma que o epistemicídio é uma forma de dominação que deslegitima e inferioriza os conhecimentos produzidos por sujeitos colonizados e produz a marginalização e inferiorização desses corpos. Nesse sentido, a busca pelo conhecimento legítimo implica na desqualificação do Outro, o epistemicídio representa a morte aos nossos conhecimentos e corpos. Nessa perspectiva, insiro um trecho da carta que Makota escreveu sobre o suicídio de um estudante da Universidade Federal de Minas Gerais (2020, p. 143):

[...] hoje eu tenho medo, por saber que quando nossos filhos entram nessa academia, só entram os corpos, toda sua identidade fica de fora, e que nós povos tradicionais, temos que estar nas portas deste lugar para assegurar que quando nossos filhos saírem, eles possam reencontrar o seu Eu. Porque essa formação acadêmica é uma imposição desse sistema para que ao invés de diploma, saírem de lá com suas cartas de alforria, e é só. Senhora academia dona dos saberes, mantenha nossos filhos vivos, é o mínimo que você pode fazer para nos comprovar da sua importância.

Desculpa a escrita, mas precisava falar (Carvalho; Kidoiale; Carvalho e Costa, 2020, p. 143).

A aprovação de um estudante quilombola na universidade representa o sonho de muitas pessoas que não acessam esse espaço. Lembro-me da felicidade do meu tio Rosálio quando lhe contei sobre a minha aprovação. Essa conquista é celebrada não apenas pela nossa família, mas também pela comunidade. Apesar disso, ao longo da minha trajetória como estudante quilombola, vi colegas retornarem para seus territórios adoecidos e sem diploma. Não somos percebidos como produtores de conhecimento, apesar dos nossos saberes ancestrais serem frequentemente apropriados por pesquisadores em suas visitas aos quilombos. A universidade deve ser muito mais do que um lugar onde estudantes quilombolas entram apenas com seus corpos. Como pensar a saúde nesse contexto de disputa?

Este estudo tem como objetivo apresentar e problematizar os processos de saúde, doença e cura na comunidade quilombola Extrema. Ao falar sobre os processos de saúde, adoecimento e cura, incluo os saberes e fazeres da comunidade quilombola que pertenço: benzimentos, uso de raízes como remédio, afeto, religiosidade, relação com a igreja católica e Estado, relações sociais e a forma que o racismo atravessa nossas vidas. Para isso, propus-me a entender a percepção das pessoas de Extrema acerca de saúde e identificar práticas de saúde na comunidade.

A formulação do problema de pesquisa surgiu a partir de minha inquietação com a ausência de debates sobre a saúde da população negra e quilombola durante minha graduação em Psicologia, minha experiência clínica no cuidado com pessoas negras, o processo de luto pela perda de minha avó e as mudanças nos cuidados com a saúde observadas em Extrema.

No Brasil não temos uma Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Quilombola. Diante desse cenário de escassez de política pública de saúde, nós desenvolvemos tecnologias de cuidado.

Na pesquisa trabalhei com a hipótese de que o Estado e a igreja católica operam tentativas de destruição e enfraquecimento das práticas de saúde em Extrema. O Estado brasileiro, por meio da institucionalização e atualização dos processos de colonização, contribui para o enfraquecimento das nossas práticas de saúde. Os saberes que integram o Sistema Único de Saúde (SUS) são da medicina

convencional, de modo que a assistência à saúde que chega ao nosso território é pautada no modelo biomédico.

Também compreendo que a igreja católica, localizada em Extrema, demoniza e inferioriza as nossas práticas de saúde e isso promove o enfraquecimento delas no território.

A construção de uma narrativa sobre saúde quilombola nos coloca na disputa e na produção de conhecimento desse campo. É preciso termos as nossas especificidades olhadas no campo das políticas públicas. A saúde quilombola está associada ao direito à terra, fé e conhecimentos ancestrais. Nesse sentido, essa pesquisa poderá contribuir para a elaboração de uma Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Quilombola, além de se constituir uma denúncia das violências sofridas no nosso território.

A pesquisa tem como ponto de partida a trajetória de Catarina Maria da Conceição, minha avó. Catarina Maria da Conceição foi benzedeira, parteira, raizeira, professora, merendeira e matriarca de Extrema. Ela foi/é referência em saúde para as pessoas de Extrema e arredores, uma vez que pessoas vinham de longe para serem cuidadas por ela. Ainda, a escolha de falar sobre saúde a partir da trajetória da minha avó tem relação com a nossa ancestralidade e a forma de organização social, visto que nossas famílias são matriarcais. As mulheres quilombolas lideram as lutas travadas nas conquistas de direitos dentro das comunidades, são guardiãs dos conhecimentos ancestrais e fazem o cuidado da família. Apesar de haver uma invisibilização das trajetórias de mulheres quilombolas, é preciso considerar o quilombo como um território feminino e realizar o resgate do saber-fazer feminino nos/dos quilombos (Silva, 2022). Em Extrema, podemos citar Catarina Maria da Conceição, Maria Madalena do Sacramento Rocha, Terezinha Maria Rocha, Alaíde Maria Rocha, Maria Nonato Rocha e Eremita Paula da Rocha. Sobre o papel das mulheres quilombolas, Nilma Lino Gomes (2021, p. 11):

Ser mulher Quilombola é sinônimo de resistência. Significa carregar na identidade, no corpo, no cuidado com a família, na lida no campo ou na agitação do urbano uma história ancestral de muita dignidade. As mulheres quilombolas constroem conhecimentos que emancipam a elas mesmas e as outras pessoas do quilombo (Gomes, 2021, p. 11).

Uma das formas mais eficazes de colonização é fazer com que o colonizado adote a perspectiva do colonizador (Kilomba, 2019). Por isso, é uma escolha política

contrariar o colonialismo (Santos, 2023), e construir uma narrativa sobre saúde com as pessoas do quilombo Extrema.

A pesquisa de campo foi realizada nos meus retornos para casa. As saídas de Goiânia aconteciam às 21 horas por meio da viação Rápido Federal, única empresa de ônibus que passa na rodoviária de Iaciara. Após o embarque, seguia 08 horas de viagem pela BR-020 e chegava em Iaciara quando o sol começava a aparecer. Ao chegar em Iaciara meus familiares me buscavam na rodoviária e seguíamos por 6 quilômetros na GO-110 até a comunidade. Nesses retornos pude acompanhar a transição da estrada de terra para o asfalto.

A forma hegemônica de produção de conhecimento estabelece critérios de validade, confiabilidade e comparações que resultam na exclusão e apagamento de conhecimentos produzidos fora desse grupo. Além disso, ocorre uma separação entre sujeito e objeto com o intuito de produzir um conhecimento neutro e universal. No entanto, compreendemos que pesquisador e pesquisado possuem identidade e posições políticas. Diante disso, produzi uma Etnografia para inserir meus afetos, memórias, vivências, desencontros e raiva. Dessa forma, o processo de escrita é tecido coletivamente por meio dos encontros com as pessoas de Extrema. Corporifiquei e trouxe para o centro o saber que não foi institucionalizado (Takaki, 2020).

Com isso, aproximo-me da *escrevivência*. A *Escrevivência de Conceição Evaristo* tem como origem suas experiências individuais e coletivas como mulher negra. A autora fala sobre a escrita como um lugar de insubordinação e reinvenção. Além de ter um caráter denunciativo e provocador de incômodos. Esse conceito foi pensado pela autora em contraposição à função que mulheres negras escravizadas tinham de contar histórias para a Casa-grande adormecer. Desse modo, ela afirma: “Nós não escrevemos para adormecer os da casa-grande, pelo contrário, é para acordá-los dos seus sonos injustos” (Evaristo, 2007). Partindo desse pressuposto, meu processo de escrita acontece com o corpo que foi benzido, rezado e cresceu no território. Conforme Ana Clara Damásio (2020) afirmou na sua pesquisa com parentes, estou interessada em uma Antropologia da aproximação, ao invés do distanciamento.

Essa aproximação provocou dilemas teóricos, metodológicos e pessoais. Como fazer pesquisa com parentes? O que escrever sobre a minha avó? Ao abordar as pessoas para marcarmos uma conversa/entrevista surgiram falas sobre a falta de

conhecimento e o questionamento de como poderia contribuir com uma pesquisa. Além disso, Fazer-pesquisa e Fazer-Família (Damásio, 2020) envolveu conversas na calçada, embaixo do pé de amora, risadas, fofocas, lamentações pela perda da minha avó, tensionamentos e inquietações sobre o que foi falado na entrevista e o que poderia ser exposto. Há histórias e afirmações que foram negadas à pesquisadora, mas a moradora viu, ouviu e participou.

A Antropologia se constitui como uma disciplina colonialista, uma vez que tem como fundamento prático a realização de pesquisas sobre o Outro. Diante disso, é preciso questionarmos: para que conhecer o outro? O antropólogo continua estabelecendo relações assimétricas com seus *objetos de estudo*: observa, pesquisa, escreve sobre o colonizado e por meio disso obtém a autoridade etnográfica. A presença no campo certifica o conhecimento sobre o outro. Explora. Mas que relação assimétrica é essa que permite a antropólogos ocidentais estudarem a vida de pessoas que não são seus ancestrais?

A experiência de ter as minhas falas atacadas e invalidadas durante uma disciplina no primeiro semestre demonstraram que a Antropologia não escuta quando o lixto vai falar (Gonzalez, 2020). Lemos etnografias sobre selvagens, não-civilizados, primitivos e me pareceu que a fala de dois docentes brancos em relação a mim e a outros colegas indígenas e negras era uma tentativa de nos deslocar do lugar de pesquisador para objeto, "seus nativos". Ora, o que acontece quando o lixto vai falar? E quando o lixto chega aos cursos de Antropologia social? Os antropólogos ficarão sem objetos de estudo? Ao pontuar a importância de discutirmos posicionalidade na produção de conhecimento, houve uma preocupação do docente em afirmar a legitimidade do conhecimento produzido por ele sobre outros povos, concluindo que; se não fosse assim não estaríamos fazendo Antropologia Social. Essa posição aponta para uma dificuldade em abandonar os privilégios sociopolíticos que esse sujeito histórico usufrui nas relações colonialistas.

Desse modo, percebo que a Antropologia tem como fundamento prático a realização de pesquisas sobre o outro e há uma disputa para que isso permaneça. Com isso, minha relação com a Antropologia tem sido de desafeto e resistência. A epígrafe intitulada "Cumé que a gente fica?" escrita por Lélia Gonzalez (2018, p. 223) para o IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais no Rio de Janeiro em 1980 ilustra o que tenho compreendido como Antropologia Social:

[...] Foi então que uns brancos muito legais convidaram a gente prá uma festa deles, dizendo que era prá gente também. Negócio de livro sobre a gente, a gente foi muito bem recebido e tratado com toda consideração. Chamaram até prá sentar na mesa onde eles tavam sentados, fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado. Eram todos gente fina, educada, viajada por esse mundo de Deus. Sabiam das coisas. E a gente foi sentar lá na mesa. Só que tava cheia de gente que não deu prá gente sentar junto com eles. Mas a gente se arrumou muito bem, procurando umas cadeiras e sentando bem atrás deles. Eles tavam tão ocupados, ensinado um monte de coisa pro crioléu da platéia, que nem repararam que se apertasse um pouco até que dava prá abrir um espaçozinho e todo mundo sentar juto na mesa. Mas a festa foi eles que fizeram, e a gente não podia bagunçar com essa de chega prá cá, chega prá lá. A gente tinha que ser educado. E era discurso e mais discurso, tudo com muito aplauso. Foi aí que a neguinha que tava sentada com a gente, deu uma de atrevida. Tinham chamado ela prá responder uma pergunta. Ela se levantou, foi lá na mesa prá falar no microfone e começou a reclamar por causa de certas coisas que tavam acontecendo na festa. Tava armada a quizumba. A negrada parecia que tava esperando por isso prá bagunçar tudo. E era um tal de falar alto, gritar, vaiar, que nem dava prá ouvir discurso nenhum. Tá na cara que os brancos ficaram brancos de raiva e com razão. Tinham chamado a gente prá festa de um livro que falava da gente e a gente se comportava daquele jeito, catimbando a discursadeira deles. Onde já se viu? Se eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo? Se tavam ali, na maior boa vontade, ensinando uma porção de coisa prá gente da gente? Teve um hora que não deu prá agüentar aquela zoada toda da negrada ignorante e mal educada. Era demais. Foi aí que um branco enfezado partiu prá cima de um crioulo que tinha pegado no microfone prá falar contra os brancos. E a festa acabou em briga... Agora, aqui prá nós, quem teve a culpa? Aquela neguinha atrevida, ora. Se não tivesse dado com a língua nos dentes... Agora ta queimada entre os brancos. Malham ela até hoje. Também quem mandou não saber se comportar? Não é a toa que eles vivem dizendo que “preto quando não caga na entrada, caga na saída” (Gonzalez, 2018, p. 223).

Quem se senta à mesa? Quem tem algo a ensinar? Os antropólogos não abrem espaços para nós (*o outro*) sentarmos à mesa e dialogarmos com eles. Qual narrativa está sendo construída sobre grupo de pessoas não-brancas? A falta de reconhecimento das autorias negras nos cursos de ciências sociais e antropologia reflete a prevalência da supremacia branca, não uma ausência real de contribuições das pessoas negras nesse campo. Quem são considerados os autores clássicos? O branqueamento na história da Antropologia Social pode ser ilustrado pelo apagamento das contribuições de Zora Hurston, uma autora que desempenhou um papel ativo na construção histórica da Antropologia, mas que foi enterrada como indigente. Isso nos leva a refletir sobre as vidas que a Antropologia negligenciou e até mesmo contribuiu para extinguir através desse apagamento (Cruz e Rodrigues, 2019).

Mas, há insurgência: o crioléu toma o microfone e arma a quizumba (Gonzalez, 2018). Durante a realização desta pesquisa, em 2022, tive a

oportunidade de me aproximar da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e integrar o Coletivo Nacional de Saúde. Desse modo, a agenda desta pesquisadora-militante inclui a escrita da dissertação sobre os processos de saúde em Extrema e o planejamento, organização e mobilização para criação de uma política nacional de atenção integral à saúde da população quilombola.

No primeiro capítulo, apresento o campo, comunidade quilombola Extrema, e a matriarca Catarina.

No segundo capítulo, abordo os processos de institucionalização do racismo em Extrema e o enfraquecimento das nossas práticas de saúde.

No terceiro capítulo, apresento as percepções das pessoas de Extrema sobre saúde, dialogo com o conceito de contracolônização e a definição de saúde elaborada pela OMS. A compreensão de contracolônização neste trabalho parte do pressuposto que nem tudo foi colonizado ou arrasado pelo colonialismo, porque há reação, desobediência e resistências.

INTERLOCUTORES

- Catarina Maria da Conceição (1935-2020): Matriarca da comunidade, fez parte da primeira geração que nasceu em Extrema, parteira, professora e benzedeira. Foi casada com Manoel Moreira Lopes, teve 14 filhos. Filha de João Damasceno Rocha e Feliciano Maria Da Conceição.
- Eremita Paula da Rocha: Nascida em 1955. Aposentada, mãe e cuidadora do lar. Neta de João Damasceno Rocha
- Maria Nonato Rocha: Nascida em 1955. Aposentada, mãe e cuidadora do lar. Neta de João Damasceno Rocha.
- Cipriano Justino Rocha: Nascido em 1960. Pai, foi professor concursado em Extrema. Trabalha como lavrador. Neto de João Damasceno Rocha
- Maria de Deus: Nascida em 1961. Mãe e cuidadora do lar. Neta de Quintino Cesário Rocha.
- Terezinha Maria Rocha (1965-2017): Vice- presidenta fundadora da Associação Quilombola Extrema (AQUE). Graduada em pedagogia, tinha o desejo de dar aulas e ser professora. Trabalhou a vida inteira como merendeira e nunca foi readaptada à função, apesar das condições de saúde. Filha de Catarina.
- José Augusto: Nascido em 1972. Nascido e criado no riacho do fogo. Não é quilombola, mas possui relação de proximidade com a comunidade. Professor concursado no município e atual diretor na escola Municipal João Damasceno Rocha.
- Madalena Rocha: Nascida em 1978. Mãe, professora concursada no município de Iaciara-GO, pesquisadora e liderança da comunidade. Presidenta-fundadora da Associação Quilombola Extrema (AQUE), gestora do Pontinho de Cultura Quilombola Extrema, coordenadora do Ateliê Terezinha Rocha- Boneca Catarina.
- Ronaldo Moreira Lopes: Nascido em 1978. Concursado na prefeitura Municipal de Iaciara como gari. Atual presidente da Associação Quilombola Extrema (AQUE) (2024-2026). Filho de Catarina.
- Kananda Glayce Lopes do Sacramento: Nascida em 2002, mãe, Técnica em Agropecuária, estudante de zootecnia e neta de Catarina.
- Luan Junior Rocha: Nascido em 2004, estudante de engenharia civil e bisneto de Catarina.

CAPÍTULO 01: “ALGUÉM ME AVISOU PRA PISAR NESSE CHÃO DEVAGARINHO”: EXTREMA E CATARINA



Figura 1 - Extrema e Levantado - Envolvimento. Fonte: Acervo pessoal, Madalena Rocha, 2014.

A imagem mostra a entrada para as comunidades quilombolas Extrema e Levantado, em 2014. As duas comunidades são irmãs, pois são ligadas por laços de parentesco, uma vez que dos 08 irmãos que chegaram em Extrema, 3 seguiram para a fazenda Levantado, na época. O termo envolvimento é utilizado por Nego Bispo (2023) para se referir ao modo de vida quilombola, contrário ao desenvolvimento. O envolvimento é fundamentado no pensamento orgânico, enquanto o desenvolvimento é fundamentado no pensamento sintético. A imagem 06 é uma atualização desta foto.

1.1 EXTREMA

De acordo com o decreto nº 4.887 de 2003 considera-se remanescentes de quilombos grupos étnico-raciais com ancestralidade africana que possuem histórico de resistência às opressões e relações específicas com o território. O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias na Constituição Federal do Brasil

promulgada em 1988 foi o primeiro marco legal que reconheceu o direito de posse da terra das “comunidades remanescentes de quilombos”: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos”. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, havia 5972 comunidades quilombolas localizadas em 1674 municípios de 24 estados brasileiros.

Entre 1924 e 1925, 08 irmãos e suas famílias deixaram Macaúbas-BA em busca de terra boa. Havia notícia de que no interior do estado de Goiás havia terras produtivas. Nessa diáspora perderam uma criança: Beata, 07 anos de idade, filha de João Damasceno Rocha e Feliciano Maria Da Conceição. O grupo descansava às margens do Rio São Francisco quando isso aconteceu. Madalena Rocha (2019, p. 27-28) narra a perda:

De manhã, bem cedinho, Beata Maria da Conceição, que contava aproximadamente sete anos de idade e era filha de João Damasceno Rocha foi a primeira a acordar para esquentar o corpo frio e franzino nas labaredas daquela fogueira. Menina de saia rodada feita com fio de algodão, tecido no tear, brincava, se abaixava, olhava para o fogo e se esquecia do frio. De repente, olhou para sua saia rodada e gritou em desespero: -Foooooogo! E foi aquele alvoroço todo. O avô correu, puxou o cordão da saia, mas não conseguiu quebrar. O nó foi bem dado, pois a saia foi feita com fio de algodão no fuso e tecida no tear. O corpo de Beata estava preso nesta vestimenta pesada e ardia no fogo. A avó gritou: “Meu Deus do céu”. Vendo as labaredas, a mãe recorreu à Santa para poder salvar a menina: “Minha Virgem Maria!”. O pai se desesperou. O corpo de Beata girava em chamas, em chamas ele girava. Beata pulava de dor ao som dos gritos da mãe. O desespero e o choro dos familiares ao redor da menina sinalizavam que a situação era extrema. Todos se assustaram, mas não conseguiram apagar os fios de fogo que tomaram conta do corpo da menina. Fizeram de tudo. Ou quase tudo. Naquele momento de desespero, lambuzaram a menina até com barrelas de vaca. Em vão. “Queimou que virou um turrão”. Esse foi o relato de Catarina Maria da Conceição, sua irmã. A agonia da queimadura foi imensa. Beata não suportou a dor. O consenso é de que ela foi uma guerreira, uma heroína, que realmente morreu por lutar no meio do fogo nesta diáspora baiana. Beata descansa até hoje às margens do Rio São Francisco. O grupo seguiu a sua longa viagem em busca de dias e noites melhores. Mas o nome da criança ficou guardado na memória, Beata (Rocha, 2019, p. 27-28).

Em meio a essa perda, o grupo continuou caminhando e passou por Posse-GO, fazenda Sabonete e fazenda Retiro. Em 1933, o grupo conseguiu comprar um pedaço de terra na fazenda Retiro, Boa Vista. Posteriormente, esse pedaço de terra foi chamado de Extrema. Extrema está localizada no município de Iaciara, Goiás, nas margens da GO-110, no norte do estado. A comunidade foi certificada como remanescente de quilombo em 2014.

Remanescente de quilombo é uma identidade atribuída pelo governo que viabiliza o acesso a políticas públicas de reparação histórica. Conforme afirmado anteriormente, o termo foi adotado na Constituição Federal de 1988. Apesar disso, o termo é rejeitado pelo movimento social quilombola porque “remanescente” remete a ideia de algo que não existe ou está em processo de desaparecimento.

Em 1994, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) foi convocada a (des) construir o conceito de remanescente de quilombos, pois a compreensão de quilombo como guerreiros autossuficientes que viviam em isolamento dificulta a aplicabilidade jurídica prevista no artigo 68 da Constituição Federal. Foi preciso reconhecer esses povos como sujeitos de direito. A ideia de quilombo como representação física e simbólica da resistência negra foi construída pelos movimentos sociais negros. O movimento social quilombola adotou o termo comunidades quilombolas por compreender o quilombo como tempo presente que se renova e se atualiza. O resgate do termo quilombo é político, pois amplia a discussão histórica para social e expressa a resistência nos modos de ver e viver a identidade negra (Leite, 2000).

Nós sempre fomos os pretos da Extrema, os neguinhos e as neguinhas. Mas, quilombola? Carambola? Isso ninguém queria ser. As pessoas se recusaram a assumir mais esse peso identitário. O que é isso? Carambola foi a palavra mais próxima de quilombola que a gente conhecia. E o deboche seguiu, “os carambola”. O processo de construção da identidade negro-quilombola em Extrema passou pelo nosso ingresso na UFG, por meio do Programa UFGincludi. O programa de inclusão criou uma vaga extra em todos os cursos da universidade para estudantes quilombolas. Assim, assinamos papéis afirmando que somos quilombolas. Em 2014, tivemos a primeira aprovação no processo seletivo e desde então o número de alunos na graduação e pós-graduação aumentou. Hoje, é possível observar as mulheres, os homens e as crianças com o cabelo natural. Ademais, há um orgulho em pertencer a Extrema e uma valorização da nossa ancestralidade. O termo quilombola foi re/significado.

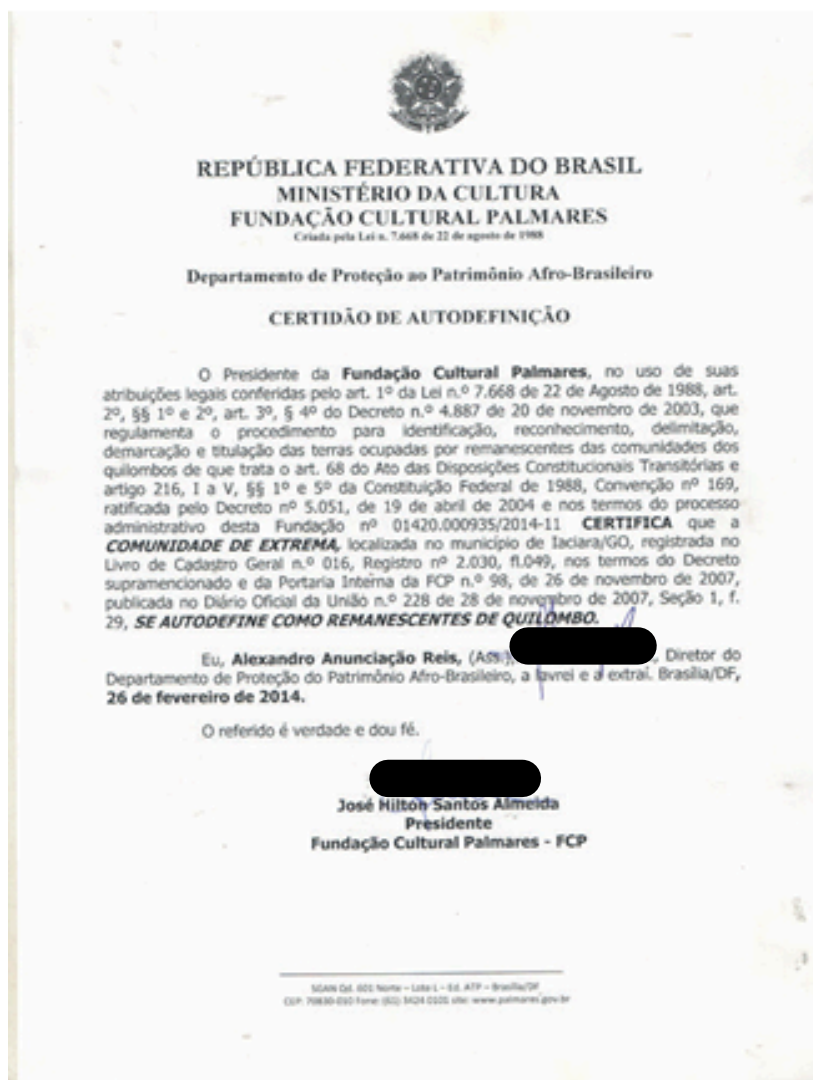


Figura 2 - Certidão de Autodefinição Extrema. Fonte: Associação Quilombola Extrema (AQUE)

Rauane Rocha, jornalista e quilombola de Extrema, apresenta nossa comunidade a partir de relatos dos moradores:

Extrema é um lugar tranquilo, conhecido na região pelas festas religiosas dos mestros do Sagrado Coração de Jesus e do Imaculado Coração de Maria e o de Santa Terezinha do Menino Jesus. Pela celebração da semana santa, das rezas para os santos de devoção, pelas lapinhas e pela folia, que acompanha essas festividades. Extrema também é conhecida pelo futebol, pelas quadrilhas, e principalmente, pelas pessoas (Rocha, 2021, p. 7-8). A comunidade é um lugar tranquilo, de casa com porta aberta, de dia e até tarde da noite. Crianças brincam no terreiro. Em Extrema se come fruta tirada do pé. Cada uma à sua época: caju, seriguela, acerola, abacate, carambola, banana, goiaba, tamarindo, coco, baru, xixá, amora, romã, jabuticaba, laranja, limão, mexerica, mamão, coco da Bahia, manga - seja a rosa, a espada, a bolo-bom, a comum. Todas as casas têm seus frutos. O vizinho pede aquilo que não tem e oferece o que o outro não possui em

casa. As famílias cultivam hortas, dá para ver as ramas de abóbora se espalhando pelo chão, milho, feijão de corda, andu, mandioca, que aproveitam para fazer a farinha e tirar a massa do beiju (Rocha, 2021, p. 39).

Com isso, é possível afirmar que Extrema nasceu fazenda, tornou-se povoado e hoje é Quilombo. Apesar da comunidade ter obtido a certificação apenas em 2014, as nossas relações e o nosso modo de vida já apontavam para a existência de uma comunidade quilombola. Segundo Rocha:

Em Extrema, ninguém sabe o que é ser quilombola. Até quem sabe definir, aprendeu com outra pessoa. O reconhecimento. O pertencimento. O autorreconhecimento. A pessoa e o espaço. O quilombo e o quilombola. Extrema é quilombo. Nasceu fazenda. Se tornou povoado. E hoje é quilombo. Na verdade, sempre foi. O senso de comunidade sempre prevaleceu nesta terra. Alguns sempre viram. Sempre sentiram. Outros reafirmaram quando tiveram Covid-19. A ligação de quem nem esperava. A ajuda de quem nem sabia que tinha conhecimento sobre a situação de sua vida. O acolhimento. O cuidado. A comunidade. Extrema sempre foi quilombo. Foi alçada a povoado. E voltou a ser comunidade. Coisa que nunca deixou de ser. Mesmo que pareça ter de aprender a ser quilombo. É um lugar em paz com sua história (Rocha, 2021, p. 65).

Na Extrema as famílias estão distribuídas em duas ruas. Na rua principal temos a igreja, a escola, a praça, bares e a quadra poliesportiva. Na segunda rua há mais casas e um riacho que secou por conta de desvios de fazendeiros que moram acima. As fotos a seguir foram tiradas em 2023 durante a realização do trabalho de campo. A igreja foi construída na década de 1940 pelos irmãos que chegaram em Extrema, na época ainda fazenda retiro. Esta igreja é utilizada para celebrações e eventos. O sino é tocado aos domingos de manhã para avisar sobre a reza, e uma vez por mês aos sábados à noite para informar sobre a missa. Ao lado, há a construção da nova igreja católica, iniciada há mais de 10 anos.

A figura 5 mostra a escola de alvenaria construída em 1986 pelo governo municipal. Antes disso, a Educação era realizada na casa dos professores Catarina Maria e Félix, após esse período houve a construção do grupo de tábuas.



Figura 3 - Igreja. Fonte: Acervo pessoal, junho de 2023.



Figura 4 - Igreja e sino. Fonte: Acervo pessoal, junho de 2023.



Figura 5 - Escola Municipal João Damasceno Rocha. Fonte: Acervo pessoal, junho de 2023.

Neste ano, 2024, completam 10 anos que a Extrema foi certificada como remanescente de Quilombo. Porém, ainda não houve a regularização fundiária em nosso território. O direito à terra não está assegurado. Hoje, as famílias de Extrema mal têm terra para plantar e morar. Observamos a migração dos filhos de Extrema para cidade, uma vez que não há terra para construir. Quem são as pessoas que têm terra no Quilombo? Há pessoas de fora construindo pousada e criando gados dentro da comunidade, quando os quilombolas não têm terra para construir ou plantar, “Quando é que as pessoas da Extrema vão tomar banho no recanto, Amanda?”. Há uma chacota das pessoas de Extrema sobre a possibilidade de frequentar esse empreendimento construído em nosso território. Esse espaço de lazer, que abrange hotel, restaurante e clube foi construído no Quilombo por pessoas de fora e para pessoas de fora, em 2019.

Os proprietários dessa pousada constroem suas riquezas por meio da exploração do trabalho de outras pessoas. Dentre os 8 funcionários que trabalham no local, apenas dois têm carteira de trabalho assinada. Além disso, pagam aos

funcionários menos da metade do valor do salário mínimo vigente em 2023, R\$1.320,00 reais. Ademais, adolescentes menores de idade trabalharam e trabalham no local.

Nego Bispo (2018) discute a relação que os povos quilombolas estabelecem com a terra e a passagem da oralidade para os contratos escritos. O autor afirma que os nossos contratos são firmados por meio da oralidade e há compreensão de que a terra é viva e precisa descansar da atividade produtiva. A falta de conhecimento em relação às escrituras provocou a perda da possibilidade de viver no território. A construção da identidade quilombola está relacionada ao território, Madalena Rocha (2019, p. 35) traz o relato de Catarina sobre Extrema:

Mas para Catarina Maria da Conceição, o amor a liga ao lugar. “Eu nasci e criei aqui. Estou nesta idade. Por que eu vou desprezar meu local? Eu tenho amor aqui, amor onde Deus me deu. O que mais gosto é a minha igreja... Criei e casei meus filhos todos aqui. Graças a Deus ainda estou com vida, e agradeço a Deus” (Rocha, 2019, p. 35).

Tia Maria de Santo também falou sobre o gosto que tem por morar em Extrema:

Eu gosto daqui, toda vida eu gostei. Pai falava assim “ah, eu vou mudar eu vou para Brasília”. Eu falei: não, eu quero casar primeiro que se eu casar eu vou ficar aqui, não vou sair daqui não. Aí eu fiquei aqui, eles foram embora e eu fiquei aqui, só eu também, os outro tudo acompanhou ele. Sempre eu gostei daqui, nossa, até hoje.

O clima daqui, eu gosto muito. Os menino diz assim “mãe amarrou alí na Extrema que não saí, não quer sair”. Eu gostei do lugar, quando cê gosta do lugar assim, você não tem vontade de sair, né.

É tranquilo, né. Eu fico tranquila aqui. Os povo gosta da gente, tem amor, todo mundo gosta da gente. A gente tem prazer né. Conversa com a gente, outro pede bença, “como é que cê tá?” e a gente fica tão feliz. É bom. “Ah, cê sumiu!”, não, tô aqui”. Gostam muito de mim, cê vê, toda pessoa assim que não é nada meu (laço parentesco) chega e pede bença; “como é que cê tá?”, é aquela coisa com a gente né. E a gente se sente feliz no lugar, sente que as pessoas gosta da gente.

A gente vai ficando para idade, daqui uns tempo não pode ficar mais sozinho, tem que andar, né, ir embora acompanhar (os filhos) para onde quiser. Acho que aí eu morro mais ligeiro (Maria, entrevista, 2022).

A relação de pertencimento que tia Maria construiu em relação ao território e às pessoas provoca o sentimento de desamparo ao pensar na possibilidade de sair. Com isso, ela responde aos filhos quando sugerem a construção de um muro na sua casa “deixa eu ficar olhando para lá (rua)”. Segundo bell hooks (2022), a sensação de pertencimento está intrinsecamente ligada a hábitos ancestrais que remontam à coletividade. A autora, baseando-se em suas observações no cotidiano da região sul dos Estados Unidos, afirma que os negros adultos nutrem um profundo amor pela terra. Apesar das tentativas de apagamento da história dos negros com a terra e seu

passado agrícola na zona rural, percebe-se que a conexão com a terra e o território confere sentido à vida. Conforme bell hooks (2022, p. 85) salienta: "A cura coletiva para as pessoas na diáspora só poderá ocorrer se nos lembrarmos de como pôr em prática nosso passado na zona rural."

Na realidade brasileira, poderíamos associar esse passado das comunidades negras rurais aos Quilombos? A autora destaca a importância de reconhecer a alegria que os negros sentiam ao viver em harmonia com a natureza, indo além do histórico de exploração. No discurso de Tia Maria, percebe-se o amor pela tranquilidade do lugar e pela vida em comunidade, onde é valorizado o simples gesto de ver o outro passar na rua e abençoar. Luan Rocha também abordou a relação com a Extrema:

Antigamente eu não imaginava sair daqui porque eu gostava muito daqui. Mas com o tempo foi mudando. Aí eu me vejo saindo, só que no futuro voltando para cá, entendeu? Sair para estudar e quando terminar voltar para cá para morar mesmo. Eu quero morar aqui e criar meus filhos aqui, igual eu fui criado.

É muito difícil continuar morando aqui por causa que nós não temos terra, viu. E é muito difícil você comprar uma terra e depois construir uma casa (Luan Rocha, entrevista, 2023).

Compreendo que há uma disputa pelo território e a morosidade no processo de regularização fundiária mostra o racismo estrutural vivido pelas comunidades quilombolas desse país. Além disso, a negligência do Estado pode ser interpretada como manifestação da política de morte, uma vez que negar o direito à terra é definir a forma como os quilombolas devem viver/morrer. Segundo dados divulgados pelo Governo Federal em 2017, a área trabalhada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em benefício das comunidades quilombolas representa menos de 0,12% do território brasileiro. Não é possível falarmos em contracolônização, formas de resistência à colonização, sem tocarmos no direito à terra, afinal, iremos contra-colonizar em cima de qual chão? Esse processo não é simbólico. A perda do território afeta as condições de saúde, o modo de vida e contribui para o genocídio físico, social e econômico. Segundo Nego Bispo (2023, p. 23): "Nós não temos cultura, nós temos modos-modos de ver- de sentir, de fazer as coisas, modos de vida". O desenvolvimento atropela o modo de vida quilombola, de envolvimento (Santos, 2023). Com isso, Cristiane observa a chegada de pessoas de fora na rua 02: "Faz tempo que o beco não é mais beco".



Figura 6 - "Queremos nosso território legalizado e o nosso direito respeitado". Fonte: Acervo pessoal, junho de 2023.



Figura 7 - Entrada para as comunidades Extrema e Levantado, em 2023 - Desenvolvimento. Fonte: Acervo pessoal, junho de 2023.

A imagem 7 ilustra o cenário de disputa pelo território: a placa que antes indicava a entrada para os povoados de Extrema e Levantado, comunidades quilombolas, caiu e com a chegada do asfalto na GO-110 foi substituída pela placa que agora aponta para a pousada situada no nosso território.

Na imagem 6, Ronaldo está vestindo uma camiseta que reivindica o direito pelo território. Essas camisetas foram produzidas como parte de uma manifestação contra a chegada de uma mineradora entre as comunidades Extrema e Levantado. Novamente, é realizado o discurso sobre desenvolvimento e geração de empregos. A foto foi tirada durante a preparação para a festa dos mastros de Sagrado Coração de Jesus e Imaculado Coração de Maria.

Nesse contexto de disputa, a regularização fundiária se torna uma demanda ainda mais urgente. Nosso direito de viver no território é constantemente ameaçado, com preocupações sobre a resistência de nossas casas às explosões da mineradora, nossa saúde e a chegada desse novo empreendimento no território. O Estado brasileiro precisa garantir o direito à terra e a segurança das lideranças que realizam o movimento de enfrentamento às violências.

Segundo o estudo, “Violência e racismo contra quilombos no Brasil”, realizado pela CONAQ e Terra de Direitos, pelo menos 32 quilombolas foram assassinadas nos últimos 05 anos em todas as regiões do país. Aproximadamente 70% dos assassinatos foram registrados em territórios não titulados. A maior parte dessas pessoas eram lideranças da comunidade e foram executadas por armas de fogo dentro dos territórios. A pesquisa mostrou que a violência contra quilombolas se acentuou nos últimos 5 anos (2018-2022), pois registrou-se 32 assassinatos, enquanto no período de 10 anos (2008-2017) foram registrados 38 assassinatos. Observa-se a impunidade nos casos, uma vez que as pessoas que cometeram essas violências não foram responsabilizadas e punidas. Seria possível associar o aumento da violência contra quilombos a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022)? Um presidente que nos media por arrobas, medida utilizada para pesar gados, e afirmou que não demarcaria um centímetro de terra para quilombolas: “Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles”.

A CONAQ associou as mortes ao racismo fundiário e a disputa pelo território apontando a necessidade de destinar recursos financeiros para a política de

Quilombos, pois é através da regularização fundiária, garantia do direito à terra, que combateremos essas violências. As mortes também foram associadas à violência do feminicídio das lideranças femininas. Os dados apresentados pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) mostram o desmonte das políticas para regularização fundiária de territórios quilombolas, onde o orçamento autorizado de 2022 representou 0,87% do orçamento autorizado em 2014.

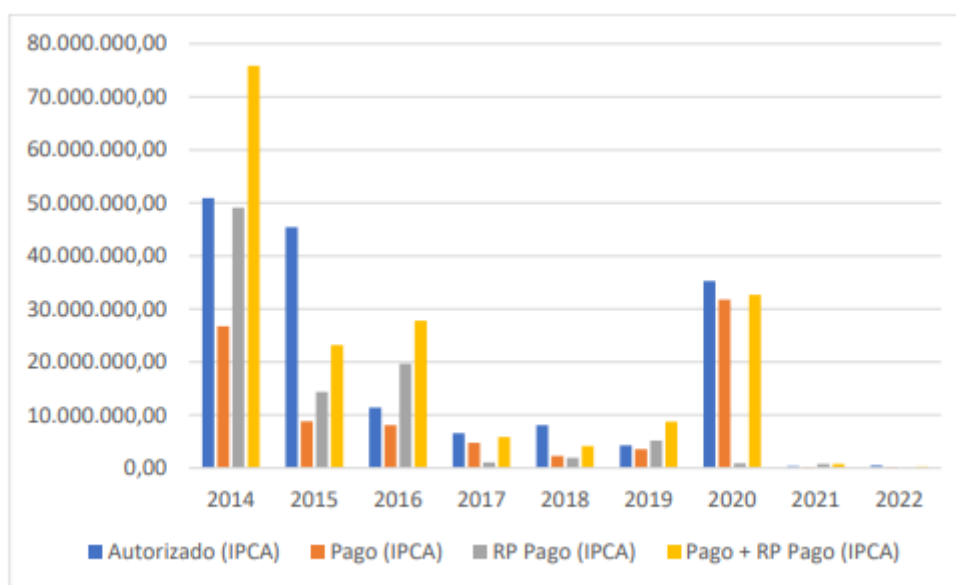


Gráfico 1 - Execução Orçamento Regularização Fundiária Quilombola – 2014 a 2022. Elaboração: Inesc. Fonte: Siga Brasil. *2014 a 2019. Todos os dados corrigidos pela inflação (IPCA).

Ademais, em 2021 não houve orçamento para a indenização dos territórios quilombolas, de modo que não houve desapropriação nesse período. Nesse sentido, o órgão de execução política não tem capacidade financeira para cumprir a constituição e regularizar as terras quilombolas. Em 2020, a partir do Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, o INCRA passou a integrar o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), demonstrando a institucionalização do racismo por meio da entrega deste órgão aos interesses do Agronegócio e dos Madeireiros (Gráfico 1. Execução Orçamento Regularização Fundiária Quilombola – 2014 a 2022., 2022) e (Silva, 2022).

Além desse cenário de desmonte da política pública, ocorre a invisibilização das comunidades quilombolas localizadas no norte do estado de Goiás. Ser quilombola em Goiás é sinônimo de Kalunga, apesar de haver comunidades quilombolas que não estão situadas na Chapada dos Veadeiros. As ações

desenvolvidas pelo governo do Estado passam pela GO-110 e não adentram nossos territórios. Com isso, negam a diáspora baiana realizada e os quilombos que se formaram no percurso.

1.2 CATARINA

A figura 8 mostra Catarina sentada na sua cadeira verde no quintal. Ela passava as tardes sentada na sombra do pé de tamarindo. Neste local, ela conversava com as pessoas que passavam na rua e encostavam para tomar benção. Ela segura um coco xodó, também conhecido como macaúbas.

A figura 9 mostra os retratos que estão pendurados na casa de vó, atualmente habitada por tio João e tia Maria. O casal é Catarina e seu esposo Manoel Moreira. Ao lado, está seu pai, João Damasceno Rocha. Ele foi um dos irmãos que vieram de Macaúbas-BA para Fazenda Retiro.

A foto 10 foi tirada no cemitério de Extrema e mostra a placa de identificação onde está enterrada Catarina. Não temos o costume de construir sepulturas, as que estão no cemitério são de pessoas que foram moradoras da comunidade, mas não são quilombolas.



Figura 8 - Catarina. Fonte: Acervo pessoal, Madalena Rocha, 2019.



Figura 9 - Retratos. Fonte: Acervo pessoal, junho de 2023.



Figura 10 - Cemitério Extrema. Fonte: Acervo pessoal, junho de 2023.

Catarina Maria da Conceição nasceu em Iaciara-GO em 1935, é filha de João Damasceno Rocha e Feliciano Maria da Conceição. Teve 12 filhos biológicos e mais 2 de criação. Ao longo da vida ela desempenhou o papel de professora, merendeira, parteira, benzedeira, avó, mãe e esposa. Catarina faleceu em 19 de agosto de 2020.

Nos fins de tarde, quando era criança, eu brincava com outros primos na sombra do pé de tamarindo no terreiro de vó, os adultos sentavam-se na calçada e tamboretas e conversavam sobre a vida. Havia risadas e fofocas. Era cotidiano assistir minha avó tirar o sol da cabeça e realizar outros benzimentos. Testemunhamos as bolhas subirem, os galhos murcharem e os panos apertarem a

espinhela. Havia uma demanda pelo cuidado com quebrante, mau olhado, espinhela caída e sol na cabeça.

O quebrante acontece quando uma pessoa admira uma criança ou adulto de forma excessiva. Essa admiração se aproxima de uma inveja. Também é possível colocar quebrante quando o outro se aproxima com o corpo/sangue quente. O corpo fica mole e fraco, os olhos remelados, a criança fica assustada e com aparência adoecida. Meu pai fez a comparação “tem gente que mata planta com o olho, com pessoas também é assim”. O benzimento para quebrante geralmente é realizado com folhas de pimenta ou andu. Ao longo da reza, os galhos murcham e sinalizam que o quebrante foi retirado.

O mau olhado é parecido com o quebrante, mas se refere à criação: animais ou plantas. Ronaldo afirmou “vai acabando aos poucos”.

A Espinhela caída se refere ao sofrimento sentido por pegar peso em excesso. Os sintomas envolvem dor nas costas, fraqueza, dor de cabeça e falta de apetite. O corpo se abre e a espinhela cai. O cuidado é feito com a reza para espinhela caída. Na reza, amarra-se um pano abaixo dos seios e aperta conforme vai rezando com o intuito de fechar o corpo. Outra forma de cuidar da espinhela caída é ficar na ponta dos pés com os braços erguidos encostados em uma parede localizada do lado que o sol nasce. Acredita-se que a espinhela vai subindo conforme o sol vai nascendo.

O sol na cabeça é sentido por pessoas que andam muito no sol. Os sintomas envolvem dores de cabeça e visão turva. O cuidado é feito com o benzimento para retirar o sol da cabeça. Utiliza-se uma garrafa de vidro transparente com água e um pano na cabeça. Esse cuidado pode ser realizado no início da manhã ou no final da tarde, quando o sol está mais brando. Não pode ser realizado à noite, pois precisa ser feito antes do pôr do sol.

Vó Catarina foi uma mulher de fé. Em fevereiro rezava para São Brás e em julho para o Divino Pai Eterno. Além disso, é tradição que um dos mastros dos padroeiros seja levantado no seu terreiro.

Segundo Madalena Rocha, minha mãe, o último parto realizado pela avó Catarina foi há aproximadamente 21 anos. Escutei mulheres que pariram com Catarina que me contaram sobre o cuidado no ato de “pegar menino”. Além disso, houve relatos sobre vó conduzir um de seus partos sozinha, o menino foi Salduíno, 9º filho da sua prole de 14.

Sobre o papel de professora, não consegui registros sobre o período em que Catarina deu aulas. Os documentos pessoais de vó eram guardados pela tia Alaíde, mas após seu falecimento a bolsa que continha os documentos, incluído carteira de trabalho, desapareceu. A escola da comunidade leva o nome do pai de Catarina: João Damasceno Rocha. Segundo os relatos, vó Catarina estudou até a 4ª série e dava aulas na sua casa. Era professora contratada pelo município e cuidava da merenda escolar. Havia outro professor em Extrema, Félix, também filho de João Damasceno. Em 1975 foi construído o grupo de tábua² e as aulas passaram a acontecer neste local. Também houve a exigência de que os professores precisariam ter o Magistério para ocupar as vagas de docentes. Nesse período, Catarina foi afastada da sala de aula e passou a cuidar da limpeza e da merenda escolar. Ela se aposentou nessa função e foi amparada pelo artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que prevê a estabilidade de servidores públicos que atuavam há pelo menos 05 anos contínuos antes da promulgação da Constituição de 1988.

Observa-se que a intervenção realizada pelo Estado ignora a trajetória de docência de Catarina na comunidade e a afasta da função ao invés de viabilizar espaços formativos para a professora. Há quanto tempo Catarina dava aulas? Como eram os processos de transmissão de conhecimentos nesse território? Houve uma desqualificação dos conhecimentos tradicionais e a imposição de um processo de escolarização descontextualizado do nosso modo de vida. A escolaridade tem como objetivo o controle social e reprodução da hegemonia euro-norte-americana. Ao passo que a Educação possibilita a transmissão de valores e a cultura de determinado grupo (Mazama, 2009).

O racismo e o epistemicídio tiraram Catarina da sala de aula e o corpo negro foi limpar a escola e servir a merenda. A partir de 1994, professores de fora começaram a chegar à Extrema com “mais qualificação”: magistério. Nesse sentido, questiono qual lugar ocupa uma professora/educadora nascida em Extrema?

Madalena Rocha, minha mãe, contou sobre as violências que sofreu na sua trajetória como professora no município. Ela é liderança quilombola, a única professora no município com título de mestrado e é doutoranda. Apesar disso,

² O grupo de tábua foi a primeira escola construída com tábuas de madeira em Extrema. Antes disso, a Educação acontecia na casa dos professores (João Damasceno, Catarina e Félix). Ao invés de escola, os nossos mais velhos se referiam ao local como grupo (Rocha, 2023).

Madalena nunca ocupou cargos de gestão na secretaria municipal de educação ou na escola que trabalha. Sobre isso, ela afirma: “Eu não sou vista dessa forma, eu não sou vista. O meu conhecimento é invalidado. O meu título de mestra tem cor, e essa cor é sempre negada, né”. A professora relatou que em diversos momentos precisou ir à secretaria municipal de educação para reivindicar o direito de trabalhar perto de casa.

Outrossim, ela fala sobre a falta de representatividade e protagonismo dos professores quilombolas na escola que está localizada em nosso território. Atualmente, a escola tem 8 servidores, dos quais 5 são professores. No momento não há professores quilombolas atuando na Escola Municipal João Damasceno Rocha. Os professores quilombolas de Extrema se deslocam até as escolas de Iaciara para trabalhar. Segundo o diretor da escola João Damasceno Rocha, José Augusto, o remanejamento desses professores foi necessário para adequar a quantidade de funcionários à quantidade de alunos na escola. Em uma retrospectiva histórica, o diretor narra a redução de funcionários que vem ocorrendo na escola há aproximadamente 10 anos. Ademais, falamos sobre as escolas que foram fechadas em outros povoados do município, apenas 03 povoados têm escolas no seu território. Hoje, a Escola Municipal João Damasceno Rocha tem 26 alunos, essa é a menor quantidade de alunos que a escola já teve.

Na entrevista com a tia Maria de João, ela demonstrou preocupação com a possibilidade de fechar a escola, fez uma retrospectiva histórica sobre a Educação em Extrema e afirmou que não podemos voltar para o tempo do atraso. É preciso garantir a escola para as crianças que estão chegando. Ela fez referência ao nome da escola como um nome de peso: João Damasceno Rocha. A nossa escola recebia alunos da cidade e de outros povoados. Houve um tempo em que a escola ofertava o Ensino Fundamental Completo e tinha aproximadamente 150 alunos. Porém, por meio do transporte, a secretaria municipal de educação dificultou o acesso de crianças quilombolas que moram na cidade e desejam estudar em Extrema. E, crianças dos arredores passam em frente à Escola Municipal João Damasceno Rocha e vão estudar nas escolas da cidade. Madalena cantou a pedra:

A ideia é reduzir o número de funcionários e alunos, sucatear para depois fechar. E está falando novamente, essas falas de fechar a escola não é nova, mas todo ano está ficando cada vez mais forte porque eles estão sucateando cada vez mais a escola.

A comunidade não vai deixar fechar a escola, nós estamos nos preparando para isso enquanto associação, enquanto organização mesmo, sabe? Será pauta de reunião, e se for necessário,

enviaremos carta para os ministérios... estou buscando solução para velhos problemas. Porque parece que por aqui não resolvemos isso não, é preciso vir algo de lá. E aqui nós só seguramos, só vamos segurando, mas melhorar não tem como (Madalena Rocha, entrevista, 2023).

Há uma desesperança em relação ao governo municipal. Madalena descreveu o processo para conseguir acessar o direito à licença para estudos como desgastante e adoecedor. Afirmou que a secretaria municipal de educação “segurou sua licença” e a obrigou a preencher com pouca orientação um sistema que apresentava erros e estava chegando à Educação do município. Houve tentativas de diálogo em relação aos 3 meses de férias que ela tinha acumulado, mas a secretaria de educação ignorou o seu tempo e exigiu o cumprimento de uma demanda na ordem do impossível. A professora acredita que o processo de burocratização da licença tem relação com o racismo. Sobre isso, ela relata:

Eu fui desistindo, e chegou um momento que eu já tava desistindo do meu emprego e do meu doutorado. Desistindo assim, eu não ia desistir do meu emprego e nem do doutorado. Se fosse, não era porque eu tinha deixado, eu ia lutar até o último segundo. Acho que quando eles perceberam isso, que eu não ia desistir do meu doutorado, que eu não ia trancar meu doutorado, houve até esta sugestão (Madalena Rocha, entrevista, 2023).

A professora afirmou que se sente desvalorizada profissionalmente e tem sua intelectualidade questionada na escola. Diante disso, é possível refletirmos que as violências sofridas por Catarina e Madalena na escola não dizem respeito à sua qualificação ou competência, mas aos seus corpos negros. Tia Teca, filha de Catarina e graduada em Pedagogia, sonhava com a oportunidade de trabalhar como professora, no entanto, morreu desempenhando a função de merendeira. Apesar do seu processo de adoecimento, nunca houve readaptação de função.

Desse modo, é preciso amansar o giz (Xacriabá, 2020) por meio do enfrentamento às violências que a chegada dessa escola produz. É preciso adequar a escola ao território que ela ocupa: incluir as nossas festividades no calendário escolar; protagonizar professores quilombolas e estabelecer diálogos com o modo de vida quilombola.

Na unidade educacional situada em Extrema não foram implantadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola no Brasil. Assim, o racismo cresce. O racismo institucional revela uma dimensão específica do racismo, uma vez que amplia as concepções de racismo como fenômeno individual e mostra como essa violência participa da dinâmica das instituições fornecendo vantagens e

privilégios com base na raça. A desigualdade racial e as relações de poder definem quem controla as instituições. Esse grupo utiliza as instituições para defender seus interesses pessoais e políticos. Que interesses são esses? A dominação e manutenção da ordem social por meio do racismo (Almeida, 2019).

As instituições são utilizadas pelo grupo dominante para institucionalizar seus interesses por meio de formulação de regras e imposições de padrões sociais com base na obtenção de privilégios. A poesia “Agora é Lei” escrita por Nego Bispo (2015) ilustra a dinâmica do Racismo Institucional:

AGORA É LEI

Dá cadeia para quem me chamar de negro analfabeto
 Só não dá cadeia para quem impõe o analfabetismo, obstruindo meu acesso
 às escolas
 Dá cadeia para quem me chamar de negro burro
 Só não dá cadeia para quem me chamar de "moreno",
 Mesmo sabendo que com isso querem me transformar em um híbrido
 E assim como aos burros, negar as condições de reprodução da minha raça
 (Santos, 2015, p. 24)

Desse modo, o Racismo Institucional exerce poder sobre a vida da população negra-quilombola, por meio da precarização das condições de vida e da negação do direito à moradia, educação e saúde. O que é ciência? Qual conhecimento é validado? Isso também é definido nas instituições. Madalena falou sobre a recepção das atividades que ela propõe na escola quando envolvem a comunidade, nossa cultura e protagonismo:

Teve o carnaval de Jesus na escola, e aí, Jesus é fé, é o sagrado. Eu tenho fé, como eu exerço essa fé? Aqui nós temos os mastros, eu pensei: “ah, vou levar.. já que é carnaval, tem dança, já que é sagrado pode ser mastro. Ah, pode ser dança do mastro ou sussa.” E aí eu fui para a escola, eu não tinha participado da reunião. Eu não sabia como tinha sido planejada aquela atividade. Eu vesti uma saia linda, uma saia de roda e uma blusa, sabe? Fui toda arrumada para pular o carnaval pensando que ... porque o sussa é uma dança sagrada né. E quando minha aluninha negra quilombola me viu, ela me achou linda, ela falou assim, nossa, que eu estava linda e que ela queria também. Aí eu vim aqui e peguei uma saia, aí veio outra aluninha preta também e queria. E aí eu fui e formei um grupo (risos). Aí eu falei assim: “uai, assim vai ter um abre alas nosso” (risos). Aí nós participamos. Se você ver a situação que as meninas estavam, foi uma transformação muito rápida. Aí sabe o que aconteceu? O que nós fizemos não foi válido, porque dava pra ter ganhado o primeiro lugar da premiação. Porque olha aqui como ficou lindo, ó, as meninas que quiseram dançar comigo. Tá vendo como elas ficaram lindas? E nós desfilamos e fizemos direitinho, mas na hora de concorrer não valia. Quem ganhou foi Adelson³ com uma roupa ridícula escrito “Jesus te ama”.

Pra mim é muito violento, mas para essas crianças aqui ó... A questão não é a ideia, é o que enxergam: o estereótipo e os olhares carregados. A saia lembra o que? A feiticeira, o candomblé,

³ Nome fictício.

essas coisas. Eu já levei várias atividades para escola e percebi: as pessoas participam, as crianças amam, elas não tem esse olhar, mas o olhar do adulto às vezes é assustador (Madalena Rocha, entrevista, 2023).

Na atividade “carnaval de Jesus” podemos observar o racismo, a intolerância religiosa e a imposição das religiões monoteístas. Observamos o processo de escolarização cumprir o seu papel de controle social e reprodução da hegemonia. A escola com o nome de peso não respeita o território que está localizado e forma as nossas crianças a partir de referências euro-cristãs. O racismo institucional e a ausência de professores quilombolas na escola contribuem para o enfraquecimento da nossa cultura. Madalena e Catarina são educadoras, a Educação, como afirmado anteriormente, possibilita a transmissão de valores e cultura de um povo.

Márcia Rocha (2023), quilombola de Extrema e professora, destaca a mudança nos processos de transmissão de conhecimento em Extrema, onde a educação era realizada em nossas casas e conduzida por nós mesmos. Isso resultou numa linhagem de professores. O movimento começou com Nicolau Cezário e João Damasceno, e foi seguido por seus filhos, Felix Cesário Rocha e Catarina Maria da Conceição. A tradição foi mantida por Cipriano Justino Rocha, Terezinha Maria (filha de Catarina), Roseli Maria (neta de Cipriano), e Madalena Sacramento (neta de Nicolau) e outros. É preciso que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola no Brasil sejam implementadas na escola em Extrema para que seja assegurado o direito à Educação das nossas crianças. A insistência desses professores em se formar e concursar, constitui uma resistência às tentativas de apagamento da nossa história e identidade ancestral.

A Educação que nós estamos interessados é territorializada: Kananda contou sobre a expectativa de que sua filha, Maria, estude na escola da comunidade e seja alfabetizada pela sua avó Madalena. Railto, neto de Catarina, mora em Iaciara e mantém seus filhos estudando na escola em Extrema por compreender a importância dessa escola para a formação das suas crianças e a proximidade com os avós que residem em Extrema.

No próximo capítulo será abordada a relação da comunidade com a igreja católica e o Estado e como isso impacta no enfraquecimento das práticas de saúde.

CAPÍTULO 2- “AGORA É LEI”: PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO RACISMO EM EXTREMA E AS PRÁTICAS DE SAÚDE

Neste capítulo abordo a atualização dos processos de colonização do Estado, por meio das políticas públicas, e os processos de catequização da igreja católica que operam tentativas de apagamento das práticas de saúde do quilombo Extrema.

2.1 “CHEGA E NÃO PEDE LICENÇA?”: O MODELO BIOMÉDICO NO TERRITÓRIO

Molefi Asante (2009) fala sobre a marginalidade que africanos ocupam em relação à cultura eurocêntrica. Esta marginalidade provoca o sentimento de deslocamento em relação à arte, história, geografia e economia. Diante disso, o autor propõe a Afrocentricidade como uma alternativa de centramento tendo como localização o continente africano:

A ideia afrocêntrica refere-se essencialmente à proposta epistemológica do lugar. Tendo sido os africanos deslocados em termos culturais, psicológicos, econômicos e históricos, é importante que qualquer avaliação de suas condições em qualquer país seja feita com base em uma localização centrada na África e sua diáspora. Começamos com a visão de que a afrocentricidade é um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre a sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos (Asante, 2009, p. 93).

Desse modo, um modelo de saúde que contemple a população negro-quilombola precisa ser criado a partir das nossas práticas de saúde ancestrais. No Brasil, não temos uma política nacional de saúde quilombola, os povos quilombolas são citados na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra (2017) e a das Populações do Campo, Florestas e Águas (2011). No entanto, precisamos de um política que considere as nossas singularidades e as práticas de cuidados ancestrais. Tia Maria de João nomeou como “tempo de atraso” o período em que políticas públicas de saúde e educação não chegavam à Extrema. Porém, é preciso questionar e estar atenta aos cuidados oferecidos no nosso território, uma vez que o modelo biomédico contribui para inferiorização e

enfraquecimento das práticas de saúde quilombola. Conforme André Silva (2021) parafraseia, “peles negras, jalecos brancos”.

O modelo biomédico surgiu no século XIX e parte da compreensão do corpo humano como uma máquina que pode ser dividida em partes. Desse modo, ocorre uma dissociação do contexto social e os processos de saúde e doença são estudados somente a partir de aspectos orgânicos. Assim, esse processo é marcado pela medicalização e uma visão reducionista do sujeito (Barros, 2002). Esse modelo de saúde é individualista, fragmentado, centrado na figura do médico, curativista e hospitalocêntrico. O modelo biopsicossocial de saúde surge em contraposição ao modelo biomédico e amplia as discussões de saúde no âmbito social e atuação de equipes multidisciplinares. Apesar das tentativas de romper com o modelo biomédico, a assistência à saúde ainda é marcada pelas práticas biomédicas, seja pela precarização dos serviços de saúde ou pela formação dos profissionais.

Em Extrema, a chegada do modelo biomédico provocou mudanças nos processos de cuidado com a saúde: antes, os cuidados envolviam benzimentos, partos naturais, ervas medicinais e a religiosidade. É importante ressaltar que o modelo biomédico e o racismo religioso enfraqueceram as práticas de saúde ancestrais em Extrema e provocaram sofrimento nas pessoas que benzem.

Silva (2021), discorre sobre a forma que os conhecimentos biomédicos se tornaram hegemônicos no quilombo de Campinho, situado em Paraty-RJ. O autor menciona que as agentes de saúde, graduandas em enfermagem, percebem um plantão hospitalar como o ápice do aprendizado em saúde. De modo que ocorre a hierarquização da vivência no quilombo, os cuidados ancestrais e os conhecimentos acadêmicos. Além disso, o autor aponta que apesar das plantas medicinais serem bastante utilizadas no território, não há apoio externo e essa forma de cuidado é tratada como complementar.

É possível observar o enfraquecimento e as tentativas de apagamento do Estado em relação aos conhecimentos quilombolas em outros territórios. A 17ª Conferência Nacional de Saúde (CNS) ocorreu em Brasília do dia 1 a 5 de julho de 2023. Fui delegada pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e tínhamos como proposta principal a criação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Quilombola. Neste evento conheci Elza, liderança Quilombola de Pernambuco, que me contou que o último parto que ocorreu na sua comunidade foi há mais de 20 anos. Sobre esse

processo: os profissionais de saúde do município levaram as parteiras para fazer formação no hospital municipal sobre os processos de higienização e preparação para o parto, depois convenceram a comunidade que ela não tinham condições adequadas para realizar os partos no Quilombo e então propuseram levar as gestantes para parir no hospital municipal e as parteiras seriam acompanhantes que ganhariam um crachá com acesso à sala de cirurgia. No entanto, ao chegar ao hospital as parteiras foram barradas na porta e isso provocou o movimento de frustração e desistência deste processo.

Diante disso, é possível observar os processos de imposição do modelo biomédico nos territórios quilombolas por meio do discurso de desqualificação, despreparo e evolução das tecnologias de cuidado.

Pela estrada de terra em Extrema, continuo minhas andanças antropológicas, desta vez, não visualizo tia Eremita. Novamente, volto à casa da Tia, olho para sua casinha verde, quintal florado de quiabo e cheiro de fumaça do ciscos do quintal que estavam sendo queimados. A filha aparece na porta e diz que ela estava no Levantado ajudando a preparar a festa do mastro de São João.

Noite de novena do Divino Pai Eterno, casa de vó Catarina. Depois da reza encontrei tia Eremita, com sorriso no rosto e gargalhadas curtas. Combinamos uma conversa para o dia seguinte às 7 horas. Acordei cedo com um frio de 16°. Tia Eremita comentou que ia lavar roupas, então levantei, me agasalhei e revisei as perguntas. Cincos minutos de caminhada no frio para chegar até sua casa. Chamei do colchete, os cachorros me receberam. Tia Eremita lavava roupas no início daquela manhã fria, falou que se esqueceu do nosso compromisso, mas estava pronta, podia parar. Optei por voltar mais tarde, 10 horas. Retornar para Extrema como pesquisadora envolveu fazer-pesquisa e fazer-família (Damásio, 2020). Em vários momentos as demandas da pesquisa foram atropeladas pelas demandas familiares. Neste dia, coincidiu de eu, minha mãe e minha irmã termos compromisso às 10 horas. As duas últimas tiveram reunião online com a universidade. Desse modo, eu carreguei a minha afilhada. Entre o choro da criança, pé na terra, amoras e risadas, conversamos. Tia Eremita com tamanha naturalidade e sabedoria indicou o uso das plantas medicinais que estavam ao nosso redor e os benefícios para a Maria. Quando eu e Maria retornávamos para casa, visualizamos minha irmã, estava indo buscar a criança, ela registrou o momento. A casa verde ao fundo é da Tia Eremita.

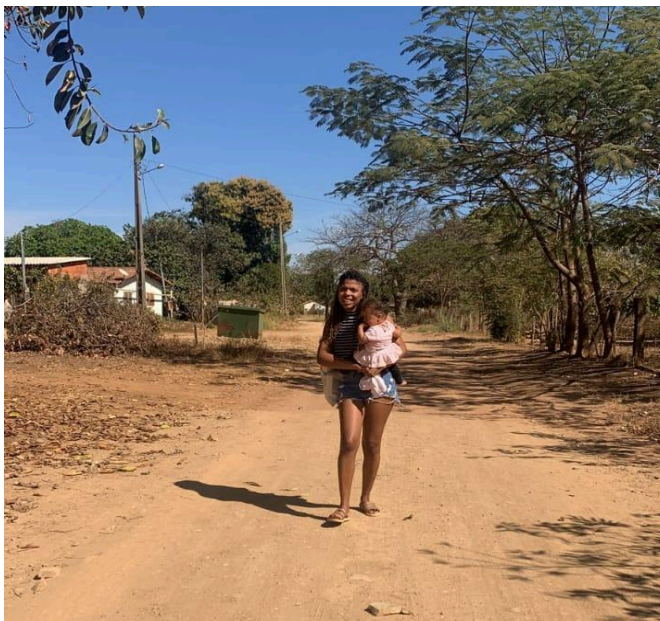


Figura 11 - Fazer-pesquisa e fazer-família. Fonte: Acervo pessoal, Kananda Sacramento, 2023.

Tia Eremita, 68 anos de idade, acompanhou a mudança dos cuidados com a saúde em Extrema. Ela deu à luz a seus filhos tanto em casa quanto no hospital. Durante os partos naturais em casa, quem pegou os meninos foi Catarina, Altina e sua mãe, Ana. Em nossa conversa, sob o pé de amora, ela compartilhou o parto difícil de sua filha Naid porque a cabeça da bebê estava mal posicionada. A dor do parto se intensificou por volta das 23 horas e ela ganhou a criança próximo à meia noite. Ana e Catarina foram as parteiras que conduziram o parto, utilizando movimentos de força e massagem abdominal para posicionar o bebê. Tia Eremita também mencionou que, a mulher era colocada em uma posição meio deitada, meio sentada na cama, fechavam a porta do quarto e nem o pai da criança podia entrar no espaço. A entrada do pai só era permitida quando ouviam o choro do bebê.

Após o nascimento, as crianças eram limpas e enroladas em um pano. O primeiro banho era dado após 24 horas, pois acreditava-se que o corpinho do bebê chegava ao mundo quente e deveria permanecer assim por um tempo. Após o parto, começavam os cuidados do resguardo com a mãe, remédios para beber e passar no corpo. Meu pai se lembra de acordar durante a noite com os chamados para vó fazer os partos. Em seguida, o cheiro de arruda tomava espaço da casa. Era comum a parteira visitar diariamente a mulher que pariu para auxiliar nos cuidados. Essa prática de saúde foi atropelada pelos processos de hospitalização dos partos que se

intensificaram no século XX. Atualmente, os partos acontecem no hospital municipal de Iaciara, Goiás.

Em 2022, o Ministério da Saúde divulgou dados que mostram uma disparidade preocupante na taxa de mortalidade materna no Brasil. Enquanto a taxa entre mulheres brancas foi de 46,56 por 100 mil nascidos vivos, entre as mulheres pretas esse número foi mais que o dobro, atingindo 100,38 óbitos por 100 mil nascidos vivos. No caso das mulheres pardas, a incidência foi de 50,36. O Ministério da Saúde reconhece que a maior parte dessas mortes poderia ter sido evitada, de modo que essa discussão está entrelaçada com o racismo. O índice de mulheres que sofrem violência obstétrica também é maior entre mulheres negras. Nesse sentido, é preciso questionar a qualidade da assistência de saúde recebida do Estado, e reconhecer a potência das parteiras negras que cuidavam de outras mulheres negras dos seus territórios. Um cuidado que não tinha relação com remuneração. A fala de tia Maria ilustra o processo de mudança nos cuidados com a saúde em Extrema:

Pegar aquele matruz, tirar o sumo e pôr na moleira... Então hoje as mães não querem isso mais pros filhos, mas que é bom, é. Eu criei minhas filhas assim, dando remédinho. Nossa, tinha vez que a febre alta, aquela coisa, você faz o chazinho, dá... é até bom para a gripe. E a criança quando está nascendo dente ela gripa muito. A gente não tem ideia, mas você pode ver que quando a criança está assim, zói mortinho alguma coisa tá afetando. E o chazinho é muito bom, é só ter cuidado de lavar, de lavar bem lavadinho, né. Ferver bem ajeitadinho. É remédio natural, não tem essa contraindicação, mas hoje o povo o negócio é médico, médico... até para nós, muitas coisas... sumo... é bom, algodão, mentraste, mastruz, para nós é bom. Então hoje o povo não quer saber mais disso, o povo quer saber farmácia, farmácia (Maria de Deus, entrevista, 2023).

A lei nº 8080 que cria o Sistema Único de Saúde (SUS) e responsabiliza o Estado por garantir a saúde dos cidadãos foi criada em 1990. Antes disso, foram as tecnologias de cuidado desenvolvidas por nós que possibilitaram a nossa (re)existência. Conforme Silva (2021) pontua, a crítica não é à expansão do acesso à saúde, mas a forma que isso ocorreu e os conhecimentos que o modelo biomédico atropelou nesse processo. É preciso problematizar as melhorias e os cuidados que chegam aos nossos territórios e propor uma confluência dos saberes que estão no SUS com a medicina quilombola, uma vez nossas práticas de saúde integram a saúde pública por meio das Práticas Integrativas e Complementares de Saúde (PICS), quando integram, demonstrando as relações de poder no campo da saúde. Assim, retomo Nego Bipo (2023, p.15) no esperar de um sistema de saúde confluente:

Um rio não deixa de ser um rio porque se conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluência, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente- a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia (Santos, 2023, p. 15).

2.2 “QUANDO FALA EM SAÚDE, CÊ JÁ PENSA LOGO É NA MORTE”: A POLÍTICA DO DEIXAR MORRER

Segundo Achille Mbembe (2018), a expressão máxima da soberania é decidir quais corpos irão morrer. Na soberania, corpos livres criam regras e normas para outros corpos. De acordo com esse autor, a Necropolítica parte da ideia de que o Estado adota políticas de controle sobre quem deve viver e morrer. Os mecanismos utilizados para promover a destruição de alguns grupos é o poder dos aparelhos sociais públicos. Mas quem deve morrer? Quais são os corpos matáveis? Para o autor, o racismo legitima a necropolítica, de modo que são criados estereótipos em relação a esses corpos com o intuito de justificar o genocídio. Ademais, essas pessoas têm suas condições de vidas precarizadas e transitam entre a vida e a morte. Nesse sentido, é possível afirmar que além do Estado controlar quem deve viver ou morrer, ele define as formas como se vive e se morre.

Observamos o Estado brasileiro promover a Necropolítica em relação às pessoas quilombolas. Quais são as condições de saúde e Educação ofertadas ao nosso povo? Durante a pandemia de Covid- 2019 nós não fomos incluídos nos grupos prioritários para a vacinação. O Estado brasileiro fez uso da política, “deixar morrer”. No entanto, a nossa organização política por meio da Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal e reivindicou a inclusão de quilombolas nos grupos prioritários na fila de vacinação. Apesar de ter vencido a ação, houve morosidade e violência no processo de vacinação nos quilombos e perdemos lideranças e membros de nossas comunidades.

Em Extrema, em uma manhã de 2011, tio Santo estava tomando café caminhando pelo terreiro de sua casa. De repente, tia Maria, sua esposa, escuta o barulho do copo de vidro quebrando ao tocar o chão. Ao se aproximar para ver o que estava acontecendo, o espanto: tio Santo estava infartando. O Tio Santo morreu.

Em uma tarde de 2017, em Extrema, tia Teca estava lavando roupas e de repente caiu. Quem estava perto tentou acudir para não deixá-la morder a língua. O desespero tomou conta. Cadê o carro para levar ao hospital? Arranjaram um carro, mas a tia Teca faleceu antes de chegar ao hospital.

Em uma madrugada de 2020, em Extrema, tio Cipriano estava dormindo com sua esposa Alaíde, quando de repente percebeu que ela não o respondia. Ao tocá-la percebeu que estava gelada. Acordou os filhos; fizeram massagem cardíaca; chamaram a ambulância; o desespero tomou conta pela possibilidade de a tia Alaíde não retornar. Cadê a ambulância? Nada. Arranjaram José Reis para levar a tia Alaíde ao hospital no carro dele. Nesse instante a ambulância chega e os profissionais confirmam: a tia Alaíde estava morta.

Tio Santo, tia Teca e tia Alaíde faleceram de infarto. Não foi coincidência três pessoas da mesma família terem a mesma causa da morte. Segundo a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra, a hipertensão arterial é uma doença que atinge de 10% a 20% dos adultos, e é a causa direta ou indireta de 12% a 14% dos óbitos no Brasil. A hipertensão arterial é uma doença que tem prevalência na população negra e tem evolução e prognósticos ruins devido ao acesso precarizado aos serviços de saúde. Desse modo, a política prevê uma abordagem de tratamento específica para garantir a promoção da equidade no país. O infarto tem relação com a hipertensão arterial, uma vez que essa doença é um fator de morbidade e mortalidade cardiovascular. Com isso, observa-se um ciclo vicioso, pois não ocorre a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra pela gestão municipal e o tema não aparece nas formações dos profissionais da saúde.

Tia Maria de João falou sobre a prevalência dos casos de pressão arterial nas pessoas de Extrema:

Eu tenho pressão alta, as vezes tô bem, às vezes não... ixe, minha fia, pressão alta aqui bate o recorde. Quase toda pessoa, assim, que eu conheço toma remédio para pressão alta. Então, esse quadro da saúde da pressão alta afeta muita gente. E afeta e não tem idade. Seu pai é novo, tem 40 e poucos anos, já tá afetado da pressão. Então, a pressão, eu não sei por que causa isso (Maria de Deus, entrevista, 2023).

Nesta conversa com tia Maria falamos sobre as possibilidades diante dessa situação: trabalho de prevenção e orientação com as pessoas de Extrema, benefícios da atividade física e estilo de vida.

Novamente é possível perceber a política de morte do Estado em relação aos quilombolas de Extrema. Pois, embora a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra estabeleça a necessidade de um cuidado específico em relação à pressão arterial em pessoas negras, isso não chega em Extrema como cuidado preventivo ou promoção de saúde. Após as 3 mortes causadas pelo infarto, a secretaria municipal de saúde não desenvolveu nenhum trabalho na comunidade em relação a isso. Apesar disso, essas mortes permanecem nas nossas memórias. Ao perguntar as 5 primeiras palavras que as pessoas entrevistadas pensam quando menciono saúde, quatro incluíram a palavra “infarto”. Ao serem questionadas sobre isso, mencionaram as mortes ocorridas na comunidade e demonstraram preocupação com quem fica. A primeira palavra dita por Kananda ao pensar em saúde foi “infarto”, ela afirmou: “É porque na família de vó tem muito infarto, nós já perdemos 3, né? 3 de infarto, assim, pessoas novas. Então quando fala em saúde, cê já pensa logo é na morte.”

Segundo o IBGE, a maioria dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) é de pessoas negras, os dados apontam que 76% dos atendimentos e 81% das internações realizadas no SUS são para a população negra. Com isso, é preciso aquilombar a assistência à saúde, confluir saberes, racializar os atendimentos e fazer valer o princípio da equidade no SUS.

Em Extrema não temos uma Unidade Básica de Saúde (UBS). Há menos de 2 anos foi criado um ponto de atendimento em um local que funcionava um mercado. Antes, os atendimentos aconteciam no espaço da escola. A previsão é de que equipe de saúde deveria ir à comunidade uma vez por mês realizar os atendimentos, no entanto, isso não acontece. De modo que há períodos de até 3 meses sem atendimento. Os moradores de Extrema enfrentam dificuldades para realizar os tratamentos na cidade, uma vez que nem todas as famílias possuem carro, não temos o direito de cuidar da saúde no território que residimos. Desse modo, a assistência à saúde é reduzida a consultas médicas.

Nas terras indígenas existe o Polo Base I, um posto de atendimento com profissionais disponíveis 24 horas e nos municípios de referência há um polo Base II onde há profissionais de uma equipe multidisciplinar composta por médico, enfermeiro, dentista e auxiliar de enfermagem. Além dos atendimentos, esta equipe realiza investigação epidemiológica; elaboração de relatórios de campo e sistema de informação; coleta, análise e sistematização de dados. Além disso, nas aldeias há

um carro à disposição da comunidade para os cuidados com a saúde. A organização da saúde indígena no SUS é realizada pela Secretaria Nacional de Saúde Indígena a partir da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (2002).

Ao analisarmos a organização dos serviços de saúde indígena, observa-se que ainda não existe, no SUS, um modelo voltado à saúde quilombola. A experiência do modelo indígena pode servir como referência para a construção de um modelo de saúde quilombola. Nesse processo, é fundamental recorrer a instrumentos jurídicos já existentes, como a Constituição Federal de 1988 e a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que asseguram o reconhecimento das especificidades culturais e territoriais de povos indígenas e quilombolas (BRITO, 2025).

Madalena Rocha fala sobre as condições de saúde em Extrema:

Eu vejo duas situações: a primeira é que as plantas, as plantas medicinais que nasciam no fundos quintais, na roça por aí e os benzimentos estão indo embora. E eu vejo também a questão da gente precisar procurar outro tipo de... para ter saúde e não ter acompanhamento. Por exemplo, aqui na comunidade tem pessoas que têm Diabetes e não tem um grupo para atender essas pessoas como tem lá na cidade. Lá funciona uma roda, tem um grupo para acompanhar. As pessoas estão morrendo de infarto porque não conseguiram chegar à cidade, e não chega para gente uma ambulância, não chega uma unidade básica. **Então eu vejo assim que o povo está morrendo porque depende dessa... não é como antigamente, porque antes nós conseguimos resolver nossos próprios problemas com saúde. Agora, há uma falta de assistência do governo, mas eu também vejo o desaparecimento do que era saúde para gente** (Madalena Rocha, entrevista, grifo meu, 2023).

A mudança no nosso modo de vida trouxe outras questões de saúde e a assistência de saúde que acompanha os projetos desenvolvimentistas não consegue atender às nossas demandas. Assim, ficamos quase desassistidos na Atenção Básica e nas tecnologias de saúde desenvolvidas na saúde pública.

Em 2023, foi a primeira vez que o IBGE produziu dados sobre as comunidades quilombolas. Ao longo de todos esses anos fomos mantidos na invisibilidade, e essa é uma forma eficiente de negar direitos e a criação de políticas públicas. A presença do racismo e da manutenção da ordem social nos serviços de saúde provocam sofrimento e morte.

Um estudo realizado pelo Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública da Universidade Federal de Goiás mostrou que 30% das comunidades rurais e tradicionais do estado de Goiás consomem água contaminada. As fontes desta água são: poço tubular raso, poço tubular profundo, poço raso escavado e nascente, mananciais superficiais, água da chuva armazenada em cisternas e caminhão pipa.

Desse modo, as pessoas que consomem essa água estão vulneráveis a doenças de veiculação hídrica. Esta pesquisa está vinculada ao Projeto San Rural. Este projeto visitou a comunidade Extrema e os resultados mostraram que moradores de Extrema contraíram doenças que podem estar relacionadas com o saneamento precário. Ademais, 26% das pessoas entrevistadas apresentaram pressão arterial alterada e 33%, a doença de chagas.

Tia Maria de João fala sobre a qualidade da água em Extrema:

Agora cê imagina, passa a seca todinha recebendo vento, poeira e tal e tal. Por mais que deixe um tempo (a água) caindo, mas eu sei que ela não é 100%. Eu sinceramente, a gente bebe porque não tem outra. E antigamente, Manda (forma carinhosa de se referir a pesquisadora), era assim, a gente caminhava uma distância, sabe onde os povos de Erisvan...onde era a casa do finado Felix? Antigamente a gente descia para pegar água empoçada. Agora cê vê, era uma água corrente, e ocê bebia. Hoje, se você quiser uma água melhor...ainda bem que pelo menos o governo olhou por essa caixa aí. Agora cabe também ao tratamento da gente, porque entra as águas (tempo da chuva), sai as águas e as vezes não limpa.

E a gente é obrigado a tomar essa água, se não quiser então tem que comprar. E comprar água para tomar assim é muito rápido. Por mais barato que seja, se você for comprar vai sentir o peso no bolso, né (Maria de Deus, entrevista, 2023).

Ronaldo elegeu a qualidade da água como um fator que pode contribuir para o processo de adoecimento individual e coletivo na comunidade. Também citou a poeira como um fator de risco para doenças respiratórias:

A água é salobra. As caixas nem todo mundo tem, e essas águas das caixas não são bem tratada. Muitas pessoas aqui ainda dão problema de pedra nos rins. Muitas pessoas dão problemas de pedra nos rins e não bebe água da rua, bebe da caixa, então acho que o problema pode tá aí também (Ronaldo Moreira, entrevista, 2023).

2.3 “SAÚDE PELAS METADE NÃO É SAÚDE⁴”

Os projetos desenvolvimentistas do Estado chegam em Extrema como uma atualização dos processos de colonização, visto que atropelam o nosso modo de vida. Madalena Rocha (2019) fala sobre a falta de representatividade dos quilombolas de Extrema nos planos de desenvolvimento para a comunidade. A Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) desenvolveu um projeto em 1998 que tinha como objetivo controlar as populações de barbeiros (*Reduviid Bug*), causador da

⁴ Frase dita por Tia Maria de João para se referir a ineficiência da assistência à saúde em Extrema.

doença de Chagas, o *Trypanosoma cruzi*. Neste projeto, o governo derrubou todas as casas feitas de adobe, nossas casas. Sobre isso, Rocha (2019, p. 36) relata:

A casa de adobe foi substituída por uma casa de alvenaria em um formato padronizado. Segundo Catarina Maria da Conceição, ela não pode nem escolher o lado que iam colocar a porta, não pode optar. A casa antiga era grande, construída pelas mãos da família, tinha mais de dois quartos, quarto de dispensa onde guardava sacos de arroz, penduravam o toucinho, a carne de sol, sacos de farinha, abóbora, cabaça, bolo, peta, guardavam a gordura, o torresmo e a carne de porco cozida na lata. Na cozinha espaçosa continha uma prateleira para colocar as vasilhas, o fogão e a lenha. A cozinha era o melhor lugar da casa nos dias de chuva, tanto para aquecer quanto para assar o milho, quem tinha o fogão a gás não o utilizava frequentemente. Os mais velhos sofreram e reclamam até hoje pela ausência de uma casa mais “fresca”, do fogão à lenha, reclamam também da presença do banheiro na cozinha, e da pequena quantidade de cômodos para acolher os muitos filhos (Rocha, 2019, p. 36).

Hoje, as pessoas de Extrema, levam uma vida para reformar a casa e adequar às necessidades de cada família. Essa política de habitação é colonialista porque é um ataque brutal e violento à nossa arquitetura por meio de uma hierarquização, visto que há alternativas para prevenir os casos de chagas.

Outro projeto que chegou “pela metade” foi a nossa quadra de futebol. O governo municipal destruiu o nosso campinho e iniciou a construção da quadra esportiva em 2011, no entanto, a obra não foi concluída. Havia uma expectativa dos moradores em relação à construção dessa quadra há anos, pois o futebol faz parte da cultura de Extrema. Nos finais de tarde, os homens, as mulheres e os adolescentes se reuniam para jogar futebol. Quem não jogava, ia assistir. Depois do futebol havia conversas e paqueras. O futebol é um esporte que movimenta a comunidade. Ao percebermos que a obra da quadra não seria concluída, os homens se organizaram e arrancaram a parte do piso que foi construída e colocaram areia para retomar as atividades do futebol.

José Augusto contou a história do futebol em Extrema: O campo de futebol era localizado no terreno que hoje é a escola, mas em 1986, destruíram o campo para construir a escola, esse terreno foi cedido por meu avô Manoel Moreira. Desse modo, dona Ana cedeu o terreno para construir outro campo de futebol. Mas, depois de alguns anos ela vendeu o terreno e mudou-se para o entorno de Brasília com sua família. A pessoa que comprou a terra acabou com o campo de futebol. José Augusto conta como foi esse processo:

Aí, o que aconteceu, o cara veio, meteu o trator, derrubou umas árvores, tinha umas árvores perto, e acabou com o campo. Meteu arado e jogou capim. Se fosse hoje, eu tinha certeza que esse campo nós não tinha perdido ele, mas a gente não tinha conhecimento. O único que correu atrás foi Manelinho, pai de Valdir. Ele mexia e gostava muito de bola, queria fazer uma abaixo-assinado para não acabar com o campo, mas uma andorinha sozinha não faz verão. Aí ficou naquilo lá, quando pensou que não já tinha metido cerca e acabado com o campo (José Augusto, entrevista, 2023).

Na Extrema, as pessoas cederam terrenos para construir espaços coletivos como a escola, campo, igreja, praça, mas observa-se que uma pessoa de fora chegou “metendo cerca e jogando capim”. Madalena Rocha (2019) analisa as significações dos muros construídos em Extrema. A autora pontua que os muros servem para proteger os quintais de pessoas que vieram morar em Extrema e representam modos de vida diferentes do nosso. Além disso, ela fala sobre as cercas construídas pelos quilombolas de Extrema. As nossas cercas são construídas com um espaço de lado para o parente passar e não com o objetivo de privar a passagem do outro. Além disso, discute o sentimento de des/pertencimento nas pessoas que construíram muros em Extrema.

Retomando a narrativa histórica sobre o futebol em Extrema: diante da perda do campo da comunidade, o pai de José Reis, um homem que gostava de futebol, cedeu um terreno para outro campo. Por muitos anos o futebol aconteceu nesse local. Porém, o prefeito Haicer Marcos iniciou a construção de um campo sintético e uma praça, mas a praça veio e o campo ficou. Isso deixou mais uma construção inacabada no lugar e promoveu o enfraquecimento do futebol em Extrema. Sobre isso, José Augusto relata:

Já ganhamos vários troféus, tem troféu enferrujado aí em Manelinho: dia 7 de setembro, é aniversário da cidade. Participamos de vários campeonatos na época: regional, jogar contra Guarani, São domingos, já veio aqui dentro. O time daqui já ia pro Guarani, Posse, mas aí depois tudo acabou, devido a essa falta de campo. E segundo, por jogador também. Para ter jogador daqui hoje seria pouco porque a maioria dos que jogava bola acabou. Muitos morreram e muitos pararam. Mas assim, era um local também de destaque, inclusive, hoje, você vê que o local da cidade do município de laciara que tem um profissional hoje é da Extrema, que é Pedro.

E às vezes, o menino igual ele brincou num terreno aqui ó, num campinho desse, porque ele brincou aqui muito tempo quando estudava aqui. No campo de chão, e aonde ele chegou hoje. Às vezes, poderia ter algum desses aí chegar também, mas não chega porque não tem campo (José Augusto, entrevista, 2023).

Na fala de José Augusto é possível observar um lamento em relação à perda do campo. O futebol em Extrema se constitui como uma atividade que promove lazer, integração e saúde. Ronaldo avaliou as condições de saúde em Extrema como péssimas, fez referência a quantidade de pessoas com pressão arterial, diabetes e obesidade. Em uma entrevista concedida a Rocha (2019, p. 34), Ronaldo

nomeia como perseguição ao esporte a destruição de 3 campos de futebol que existiram em Extrema. Além de questionar: “Aqui pensa que só têm que ter só escola, só igreja. Os jovens não precisam de esporte não? É isto que acontece aqui.”

Ronaldo Moreira e José Augusto afirmaram que não acreditam que a comunidade tenha espaço para construir outro campo, feito por nós, uma vez que não houve a regularização fundiária e a terra das famílias são utilizadas para plantar roças e construir a casa dos filhos e netos. O rastro do Estado em Extrema é a destruição do nosso campinho e do campo de futebol que dão lugar a duas construções inacabadas. A ausência de pessoas de Extrema nos planos de desenvolvimento para a comunidade produz violência nos nossos territórios em relação ao modo de vida. Desse modo, José Augusto afirma “O futebol não tem mais pra onde brincar”.

2.4 PROCESSOS DE CATEQUIZAÇÃO E ENFRAQUECIMENTO DAS PRÁTICAS DE SAÚDE

Extrema é uma comunidade que se autodenomina católica. No entanto, houve processos de racismo religioso, silenciamentos e marginalização da nossa ancestralidade em detrimento de imposições e ameaças da Igreja Católica para que essas pessoas pudessem ser denominadas assim. Nego Bispo (2015) nos lembra que a Igreja Católica colonizou, desumanizou, catequizou e legitimou a escravidão de africanos por meio da Bíblia, livro sagrado-Verdade. As religiões monoteístas não admitem a coexistência de religiões politeístas e tudo que pertence a outras cosmologias, com isso elas operam no sentido de dominação e destruição. Um estudo conduzido pela instituição Ilê Omolu Oxum em parceria com a Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (RENAFRO) com 255 líderes religiosos em todo o Brasil, em 2022, revelou que 60% dos terreiros foram alvo de pelo menos um ataque nos últimos dois anos. Além disso, 80% dos entrevistados relataram que membros de suas comunidades já foram vítimas de violência motivada por racismo religioso.

Portanto, é preciso considerarmos que não há sincretismo religioso quando há relações de poder. O processo de sincretismo religioso não foi natural, foi

necessário inserir símbolos e elementos da religião católica para que as religiões de matriz africana pudessem sobreviver. Ademais, a religião católica foi institucionalizada pelo Estado e por mais que atualmente possamos falar em Estado laico, as concepções de pecado e crime ainda se misturam. Desse modo, observamos a atualização dos processos de colonização e catequização no Quilombo, de forma que demoniza e inferioriza nossa religiosidade.

Em Extrema, as opressões da Igreja católica têm se tornado mais intensas e presentes. Há uma demonização dos benzimentos e uma exigência de que as benzedeadas parem de benzer. Minha avó, Catarina Maria da Conceição, foi uma dessas mulheres que levou o nome de feiticeira e foi taxada de que fez mal às pessoas. Ela relatou para Rocha (2019, p. 38): “Já rezei, hoje não rezo mais. Não dô conta, e se desse, não rezava. A difamação que ganhei... o bem que fiz para os outros”. Desse modo, a igreja católica anuncia uma de nossas práticas de saúde como pecado e isto provoca sofrimento nas pessoas que benzem e são benzidas, uma vez que envolve práticas de saúde ancestral.

bell hooks (2010) afirma que somos um povo ferido. A supremacia branca provoca o genocídio físico e cultural de pessoas pretas e isso atravessa os campos políticos, afetivos e religiosos e isto envolve saúde. Estabelecer uma relação harmoniosa conosco e com os saberes do nosso povo não é um processo natural, uma vez que há a inferiorização do que é produzido por nós. Creuza Krahô (2017, p. 6) discorre sobre a importância dos resguardos e a forma de transmissão de conhecimentos:

Se a pessoa não faz o resguardo, ela não saberá mais quem ela é, não terá memória, pois para guardar os ensinamentos e o jeito certo de ser Krahô, a pessoa tem que viver, ouvir, praticar, falar, compartilhar. Esse conhecimento não está nos livros. Não há escrita entre os Krahô, então, para repassar o conhecimento sobre os cuidados no resguardo, a pessoa deve se envolver em fazer ou viver o resguardo. Essa é a forma de guardar no corpo, na pessoa, a sua memória, quem você é, quem é seu povo. A pessoa tem que viver e viver entre os Krahô é compartilhar o conhecimento dos antepassados (Krahô, 2017, p. 6).

Nesse sentido, é preciso guardar em nossos corpos as memórias e ensinamentos ancestrais acerca da saúde. Mas, como preservar esses conhecimentos quando o Estado e a Igreja Católica operam no sentido da destruição?

Ao perguntar para tia Maria de Santo sobre os benzimentos, ela afirmou que parou de benzer há dois anos. Todavia, eu e minha irmã levamos a minha sobrinha para ser benzida de quebranto por ela há 9 meses. Sobre o motivo da interrupção dessa prática de saúde:

Ô, fia, eu não benzo mais não. Eu parei porque a gente tá fazendo o bem e as pessoas acham que a gente tá fazendo o mal... Aí também abandonei, né. Que cê vê assim, cê tá falando coisa de Deus, né: põe Deus na frente e mais nada de ruim. Aí as pessoas dizem que benzimento não presta, benzimento é coisa ruim. Aí por isso eu abandonei. Eu graças a Deus sou da paz de Deus, não do demônio. Ficou nessa, aí eu parei, não quis rezar mais ninguém não.

Meu pai também sempre religioso, ele rezava nas crianças, nas pessoas e aí eu aprendi com ele, mas naquele tempo ninguém tinha isso. Mas hoje as coisas tá tudo diferente, cê tá fazendo uma coisa e acha que tá fazendo o bem e as pessoas acham tá fazendo é o mal. Eu tenho muito medo de dizerem que a gente é perigoso, né. Fazer coisa errada.

Antigamente não tinha isso, fia, mas hoje em dia...a gente vai fazer do lado certo e aí acha que a gente tá fazendo do errado, né. Por isso então a gente para, né. **Aí quem tiver sentindo vai lá pro médico, vai ver o que tá acontecendo. Tomei medo dessas coisas.** Eu graças a Deus criei na religião católica e tô até hoje, nada de errado com a gente.

Muita gente sentiu falta porque a gente rezava em uma criança passando mal. Eu sempre gostei de fazer o bem para as pessoas. Mas por causa disso eu evitei. Eu tenho muito medo, né, fia, botar a gente de feiticeira sem ser aquilo (Maria Nonato, entrevista, 2023).

Na fala de tia Maria e avó Catarina é possível observar o medo de ser associada à figura de feiticeira. A frase, “quem tiver sentindo vai lá pro médico” ilustra o redirecionamento nos cuidados com a saúde. A identidade católica é negociada por meio da concessão das práticas de saúde ancestrais. O conflito com a igreja católica se instaura em 2013, quando o atual padre chega a laciara, e demoniza o nosso modo de vida. Os filhos de tia Maria estão dentro da igreja católica, e eles disseram a ela: “mãe, cê deixa disso que o povo fica chamando você de benzedeira, daqui a pouco chama você de macumbeira e você sabe que o certo é isso, é parar mesmo.” Apesar disso, é possível observar uma relação de des/obediência com a igreja católica, pois apesar de tia Maria afirmar para a pesquisadora que não benze há dois anos, os cuidados com a saúde foram realizados, quando necessário.

Na igreja católica o ritual da confissão é o momento para confessar os pecados, ao padre ou bispo, para que eles possam ser perdoados. Uma pessoa entrevistada afirmou que durante a confissão o padre perguntou se ela havia ido a benzedeira, e a resposta foi: “uai, falei que não, eu não tinha ido, eu mesma me benzo (risadas). Se fala que vai, ele deve conversar.” É possível observar movimentos de resistência por meio da desobediência à igreja católica na recusa em confessar um pecado que não foi cometido.

Em 2014, o atual padre cravou um conflito com a comunidade quando afirmou que o nosso jeito de realizar as festas do mastro é errado. Em Extrema levantamos três mastros: Sagrado Coração de Jesus e Imaculado Coração de Maria que ocorrem no mês de junho e o de Santa Terezinha do Menino Jesus, que acontece no mês de outubro. Para o padre a nossa forma de fazer a levantada do mastro estava errada, pois havia uma maneira correta segundo a igreja católica. O nosso mastro é baiano, assim, fazemos a novena nos dias que antecedem a levantada do mastro.

Porém, o padre explicou e solicitou que deveríamos levantar o mastro depois fazermos a novena, além de ajustarmos as datas de acordo com o calendário da igreja católica. Essa solicitação não foi sugestão, isto nos chegou como imposição, pois caso contrário ele não iria mais à comunidade rezar a missa. Com isso, a comunidade se dividiu, “o povo de dentro da igreja” concordou com o padre, e os anciãos e a maior parte da comunidade questionaram a imposição. Não faz sentido para nós levantar o mastro no primeiro dia: a novena termina com a festa. Pessoas foram mobilizadas e afetadas por mais essa violência. Houve reuniões onde um de nossos anciões esbravejou, “mas nós fazemos assim há 80 anos!”. A igreja foi construída por nosso povo e o mastro já era realizado dessa forma antes do padre chegar à comunidade.

Por fim, resistimos e continuamos fazendo o mastro da nossa maneira, o padre deixou de ir à comunidade por um período de aproximadamente 1 ano. Algumas pessoas se sentiram aliviadas com essa ausência e outras passaram a ir à cidade para assistir à missa. Os ministros foram responsáveis por fazer as celebrações nesse período em que o padre se recusou a ir à comunidade. Sobre o retorno do padre à Extrema, Madalena Rocha afirma: “Sim, faz batizados, celebra missas (risadas). Ele sabe que a relação aqui é esta, mas ele não pode deixar a gente (risadas). Cê tá entendendo o negócio? Nós somos desobedientes à igreja em algumas coisas, mas nem todo mundo. Tem gente que segue a doutrina”.

Nascimento e Abib (2016) problematizam os impactos da chegada de igrejas neopentecostais em comunidades quilombolas no estado do Tocantins. Como pensar a identidade nesses territórios? A chegada de religiões cristãs no território divide as pessoas em grupos de “puros” e “impuros” e estabelece diferenças e distanciamentos das pessoas que sempre se viram como semelhantes. Desse modo, os nossos valores são retificados através da lógica cristã e a negação das crenças tradicionais implica no enfraquecimento e tentativas de apagamento. Desse

modo, as histórias transmitidas oralmente dão lugar ao discurso da Verdade que está no livro sagrado.

Retomando o pensamento do mestre Nego Bispo (2015), não é possível falarmos em sincretismo religioso quando há relações de poder, o que observamos em Extrema é um violento processo de catequização que opera no sentido de enfraquecimento das nossas práticas de saúde e do nosso modo de vida. A monocultura, herança do colonialismo, inviabiliza a concomitância. Nesse sentido, como destaca Geni Núñez (2023, p. 60) que ao invés de tentarmos ser incluídos nessas normas que historicamente nos violentam, a gente possa desenvolver o trabalho de fazer parte da destruição disso que não admite multiplicidade: “nem tudo deve ser ressignificado; talvez haja sistemas que devam mesmo ser destruídos”.

No próximo capítulo apresentarei a percepção das pessoas de Extrema acerca da saúde. Objetiva-se mostrar uma narrativa quilombola e apresentar caminhos para criação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Quilombola através da Confluência de saberes.

“O escravo que mata o senhor, pratica um legítimo ato de autodefesa”.

Luís Gama

CAPÍTULO 3: “EU NÃO GOSTO DE PLANTAR FLOR NÃO, EU GOSTO DE PLANTAR REMÉDIO”: TECNOLOGIAS DE CUIDADO E CURA

“Eu não gosto de plantar flor não, eu gosto de plantar remédio” foi uma frase dita pela tia Eremita durante nossa entrevista. Na Extrema, as mulheres têm desenvolvido o hábito de plantar flores, especialmente orquídeas, e compartilhar mudas entre si para enfeitar os jardins. O movimento realizado por tia Eremita é de “plantar remédios”, buscar mudas de plantas medicinais e compartilhar com outras pessoas como forma de preservação.

Neste capítulo, apresento a percepção das pessoas de Extrema acerca da saúde, as tecnologias de cuidado desenvolvidas no território e os processos de resistência às tentativas de apagamento.

3.1 “SAÚDE? QUAL TIPO DE SAÚDE?”

Em 1948, a Organização Mundial de Saúde (OMS) definiu a saúde como "um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença". Mas, o que é saúde para o Quilombo? Ao perguntar para tia Maria sobre o que ela compreendia como saúde, ela afirmou num tom de insegurança, “Nada não, não sei não.” Insisti para que ela falasse sobre o tema e a conversa seguiu. Qual a dificuldade desse sujeito para se perceber como detentor de conhecimento acerca da saúde? Ao questionar a minha irmã, Kananda, sobre o que ela compreendia como saúde, ela fez referência a Tia Maria como uma pessoa que faz a transmissão dos conhecimentos da medicina quilombola:

Saúde? Qual tipo de saúde? Aqui o povo depende muito de remédio caseiro, eu mesmo é, e Maria (sua filha) também. Depois de um tempo, se ver que não tem jeito mais, aí leva para o hospital (risadas). Quando o trem tá grave e não tem mais jeito, ou então tá com febre. Eu mesmo quando Maria tá com alguma coisa, eu vou lá em Tia Maria que ela é a minha médica, tia Maria de tio João. Ela me ensinou muito porque ela teve filho. Igual, dente, ela me ensinou remédio caseiro para dente de Maria, ela tem muita experiência. Tudo que eu sinto que Maria tá ruim eu vou lá conversar com ela e ela fala um trem para fazer (Kananda Glayce, entrevista, 2023).

Durante a conversa, Kananda falou sobre o preparo dos remédios que aprendeu com avó e tia Maria. O interesse pelos conhecimentos da medicina quilombola se intensificou após a maternidade devido à necessidade de cuidado com sua filha. Hoje, Kananda planta hortelãzinho, *vick* e poejo para as crianças. A cebola branca não nasceu, mas ela conta que busca na casa da família dos Doras.

Tia Eremita também afirmou que o cuidado com sua saúde é realizado predominantemente em casa por meio de remédios que aprendeu com a mãe e outras pessoas da comunidade. Sobre a sua percepção de saúde: “A saúde é muito boa para gente, a gente tem que tomar remédio para ter uma boa saúde. A gente sem saúde não pode trabalhar, a gente tem que ter saúde para trabalhar. Eu gosto de trabalhar que eu pego uma “saudinha”, se eu fico parada eu adoço.” Ela afirmou que o corpo dói se ficar parada e fez referências às atividades domésticas que havia feito antes das 10 horas. Durante a conversa, ela indicou o uso de plantas medicinais para pressão alta, rins, gripe e espinhela caída. Sobre o uso desses remédios ela afirmou: “Eu fico é revoltada que tem uns que é só adoecer, não faz um chá: remédio caseiro. Eu falo: “gente, quem salva a gente é remédio caseiro, o tanto de remédio caseiro que tem.” Em meio a risadas ela contou que, às vezes, passa mal durante a noite, se levanta, busca o remédio no quintal, prepara, toma, se deita novamente e no dia seguinte “acorda é boa”. Os familiares nem ficam sabendo. Ela afirmou que planta para ela e para outras pessoas: “Eu não gosto de plantar flor não, eu gosto de plantar é remédio, que eu bebo e remedeio (compartilha) os outros.”

Antes, as ervas medicinais eram colhidas na roça, no mato, nas hortas e as pessoas plantavam no quintal as que eram mais importantes e para uso urgente, como o momento do parto. O mato era retirado das roças por meio da capina com enxadas. Assim, havia o cuidado ao identificar uma planta, e o que era retirado, poderia nascer de novo porque as sementes continuavam espalhadas pela terra. Hoje, o trator passa por cima e arranca as raízes. Com isso, é possível observar a substituição desenfreada por medicamentos encontrados em Drogarias. Nesse sentido, o movimento comunitário de plantar para si e para o outro que tem criança em casa, constitui-se como um ato de resistência às tentativas de apagamento.

Madalena falou sobre como o modo de vida coletivo produz saúde:

As pessoas antes caminhavam tanto, né? E hoje tem gente que caminha. Mas era um caminhar, mas não esse caminhar pra academia. Eu não quero ir pra academia. Eu preciso fazer aquela caminhada

que eu olho pro horizonte, que eu vejo indo pro Levantado, que eu olho pra as áreas e vou pensando. Isso para mim é saúde.

Ficar no tempo parado também, isso hoje é saúde, porque não permite a gente parar, às vezes tem que tirar o tempo e ficar quieta, assim, fazer nada. É uma coisa que fazia antigamente com tanta facilidade. É, antigamente as pessoas sentavam assim, ó, sentavam embaixo de uma árvore, ficavam ali quieta, sozinha por um tempo, depois ia chegando um, ia chegando outro, ou então a pessoa ficava na frente da porta assim, na frente da casa, no cepo, no banquinho, ficava ali um tempo, sozinho, sem celular, sem nada, só depois as pessoas iam chegando.

Tem hora que eu vejo aqui junta um monte de gente que fica conversando.

Senta ali, junta mulher, elas vêm, elas vão. Isso não atrasa o serviço. Isso não...sabe. É um tempo necessário que as pessoas... Elas não planejam. São encontros casuais, sabe? Tá um ali quando pensa que não chega outro e proseia e sorri. Aqui, eu vejo isso. Aquilo pra mim é saúde. Aqui, quando encontram aqui sem ninguém avisar o outro. E ficava, jogava, soava e sorria. E todo esse processo. Isso pra mim é saúde. Entendeu? (Madalena Rocha, entrevista, 2023).

Observa-se que o modo de vida construído coletivamente produz saúde. No entanto, Ronaldo falou sobre o estereótipo que esse grupo carrega. As pessoas de fora nomearam esse grupo como “grupo da pinga” e fazem afirmações que é constituído por pessoas preguiçosas e desinteressadas, uma vez que as propostas de trabalho mal remuneradas são recusadas. Ronaldo contou que a pinga faz parte dos encontros, mas não é isso que sustenta o grupo. A fofoca, o encontro, a risada pela derrota do time do companheiro também fazem parte das atividades do grupo. Inclusive, os integrantes arranjam empregos para os outros, e recusam as propostas quando a remuneração não é justa. Para Ronaldo saúde é “o bem-estar, o bem viver. É a gente estar bem.” Com isso, é possível pensar aproximações do modo de vida comunitário em Extrema com a compreensão de comunidade elaborada por Sobonfu Somé (2007, p. 35):

A comunidade é o espírito, a luz-guia da tribo; é onde as pessoas se reúnem para realizar um objetivo específico, para ajudar os outros a realizarem seu propósito e para cuidar umas das outras. O objetivo da comunidade é assegurar que cada membro seja ouvido e consiga contribuir com os dons que trouxe ao mundo, da forma apropriada. Sem essa doação, a comunidade morre. E sem a comunidade, o indivíduo fica sem um espaço para contribuir. A comunidade é uma base na qual as pessoas vão compartilhar seus dons e receber as dádivas dos outros. Quando você não tem uma comunidade, não é ouvido; não tem um lugar em que possa ir e sentir que realmente pertence a ele; não tem pessoas para afirmar quem você é e ajudá-lo a expressar seus dons. Essa carência enfraquece a psique, tornando a pessoa vulnerável ao consumismo e a todas as coisas que o acompanham (Somé, 2007, p. 35).

É por meio dos encontros e da vida comunitária que nós nos fazemos e refazemos. É nas rodas de conversa que nos informamos sobre o parente que não está bem e precisa de cuidado e apoio da comunidade. Também é na roda que o

corpo negro brinca e descansa e combinam-se os mutirões para cuidar das roças. O modo de vida em comunidade possibilita a existência de corpos negros para além da violência. Pois como canta Dona Ivone Lara:

Um sorriso negro
Um abraço negro
Traz felicidade
...Negro é a raiz da liberdade
...Negro é destino é amor
Negro também é saudade (Sorriso negro, 1981).

Qual a dificuldade em ver corpos negros conversando e sorrindo? O discurso racista construído sobre o grupo de pessoas que se reúne em Extrema vai de encontro ao crime de vadiagem, previsto no código penal de 1830 e no Código Penal de 1890, o primeiro da República. Apesar de ter deixado de ser crime em 1940, a vadiagem foi incluída como Contravenção Penal no ano seguinte. O objetivo desse delito é controle social e penalização de pessoas negras e pobres no tempo do ócio. Com isso, pessoas negras e pobres desenvolveram como estratégia levar consigo a carteira de trabalho para comprovar vínculo empregatício (Agência Senado, 2023). O modo de vida coletivo faz parte da cosmovisão quilombola onde a relação com o trabalho não necessariamente segue uma dinâmica de acúmulo de capital. O trabalho pode ser feito por meio de mutirões com pinga, farofa, risadas e partilha do que foi plantado e colhido.

Tia Maria se mudou para Goiânia com seu marido e filhas para “tentar a vida”. Agora, na velhice, o casal retornou para Extrema por conta da dificuldade em encontrar emprego para tio João que já está velho, como disse ela. Vieram plantar e criar animais. Uma vida tranquila. O coração está nas filhas que ficaram em Aparecida de Goiânia. O desejo era de que todos vivessem juntos, mas falta oportunidade de emprego para elas em Iaciara. Sobre a noção de saúde, tia Maria afirmou:

Que eu entendo, tem que ter uma boa. Já começa pela boa alimentação, né? Você tem um bom estado, uma boa alimentação, um bom exercício. Você fazer, assim, uma atividade... assim... ajuda muito, né? E a saúde, que eu entendo, tem que ser 100%, senão saúde pelas metade não é saúde, né? (Tia Maria, entrevista, 2023).

A OMS adotou o termo “Determinantes sociais” para compreender a relação do contexto social nos processos de saúde e doença. No entanto, a abordagem de compreensão dos processos de saúde e doença têm sido pautados na causalidade

social e problemas de saúde. De modo que os estudos epidemiológicos relacionam maiores taxas de morbimortalidade, relação de morbidade e mortalidade, a determinados grupos populacionais. Desse modo, ocorre a individuação de características que transcendem o indivíduo e isola o contexto histórico e social (Nogueira, 2010). Em contraposição ao conceito de Determinantes sociais, críticos propuseram o conceito de determinação social que abrange a coletividade e os processos históricos e sociais envolvidos nos processos de saúde e doença, de modo que descentraliza dados epistemológicos individuais e traz uma compreensão densa e descritiva dos contextos de saúde (Rocha e David, 2015).

Com base no conceito de Determinação social é possível pensarmos na compreensão de tia Maria sobre saúde ter que ser 100%, abranger todos os âmbitos da nossa vida de forma efetiva. Em nossa conversa ela abordou questões relacionadas ao cuidado com hipertensão arterial, diabetes, educação, emprego e moradia. Uma análise aprofundada requer um olhar sobre a saúde quilombola para além dos índices, é preciso implementar e criar políticas públicas para equidade social tendo em vista os processos históricos e sociais de racismo sofridos por essa população:

Nós, os negros, temos sido forçados a esquecer nossa história e nossa condição por um tempo demasiadamente longo. Por que ficamos quietos, silenciosos, e perdoarmos ou esquecermos o holocausto de milhões sem conta - cem, duzentos, trezentos milhões? - de africanos (homens, mulheres, crianças) friamente assassinados, torturados, estuprados e raptados por criminosos europeus durante a escravidão e depois dela? (Nascimento, 1980, p. 21).

Ignácio Martín-Baró foi um psicólogo social que defendeu a importância de posicionar a psicologia em oposição à ordem social, para que essa disciplina não se afaste das lutas sociais. Assim, é essencial desenvolver esquemas de compreensão baseados na realidade do povo, pois a manutenção de teorias individualistas que perpetuam o *status quo* apenas serviria para manter a ordem social. Acredito que esse exercício de pensamento seja relevante ao abordar a saúde da população quilombola. O autor afirma (Martín-Baró, p. 251): "O problema da saúde mental deve ser situado no contexto histórico em que cada indivíduo elabora e efetiva sua existência na rede de relações sociais". Nesse sentido, os processos de adoecimento e saúde são definidos a partir da materialização do caráter humanizador ou alienante de uma estrutura de relações históricas. Nesse contexto,

questiono o silêncio do Estado brasileiro acerca dos processos de desumanização e sofrimento vividos pelas pessoas quilombolas desse país.

3.2 DESOBEDIÊNCIA E RESISTÊNCIA

Segundo Abdias Nascimento (2009), Quilombismo é um movimento político dos negros brasileiros que tem como objetivo a implementação de um Estado Nacional Quilombista inspirado no modelo da república de Palmares e em outros quilombos que (re)existem. O intuito do Estado Quilombista seria a felicidade dos seres humanos e isso seria alcançado por meio da criação de uma sociedade comunitária, justa e coletiva. O autor afirma que apesar da insistência do colonialismo em apagar e destruir as nossas memórias da mãe África, há algo que resiste no processo diaspórico. Como sobreviver às tentativas de genocídio físico e cultural sofridas?

A (des)obediência parece ter sido um caminho percorrido desde o período escravagista. Quando a benzedeira afirmou que não benzia mais, eu fiquei confusa e decepcionada, pois há pouco tempo eu havia levado minha sobrinha e ela havia benzido. Eu gostaria de escutá-la sobre essa prática de saúde. Hoje, entendo que a negação foi para a pesquisadora, para quem ia fazer registros. A negação foi/é um recurso utilizado na preservação dos saberes:

Entretanto, em determinadas circunstâncias essas mesmas comunidades se preservam negando a existência dessas manifestações. Trata-se do princípio africano do “segredo” como fator mantenedor das tradições mais importantes de um grupo social, que só podem ser revelados aos “iniciados” (Nascimento e Abib, 2016, p. 37).

Com isso, é possível perceber que apesar do enfraquecimento das práticas de saúde no território, há uma movimentação de contraposição, desobediência e resistência, uma vez que se houvesse obediência às práticas, elas não existiriam mais. Pois apesar dos processos de catequização e colonização se apresentarem no discurso por meio da celebração de ter nascido, crescido e viver até hoje na religião católica, há os benzimentos, as rezas, tambor e um saber-fazer diaspórico. Sobre a desobediência, Madalena afirmou: “Enquanto tiver uma pessoa que procura uma benzedeira, e uma benzedeira que benze uma criança, por mais que tenha

essa orientação da igreja católica, eu acho que nós estamos conseguindo. Eu tenho esperança. É sinalizando para gente, porque não houve isso com outros padres.” O Quilombismo representa um modelo de Estado onde podemos esperar no deslocamento de um saber historicamente marginalizado.

Há reação em contraposição às orientações e imposições da igreja católica. O mastro segue sendo levantado após os dias de novena e a data dos mastros é definida com base na data da Páscoa. A lista de mastreiros, pessoas responsáveis por realizar a festa, que era feita por meu avô Manoel Moreira e tio Anastácio, que pertence à comunidade Levantado, passou a ser realizada por tio Cipriano e tio Manoel de Joana. A leitura é acompanhada de emoção e ansiedade, pois a lista é elaborada em segredo e divulgada somente no segundo mastro ou na reza do Divino pai Eterno. Quem quiser, pode pedir para ser festeiro, mas o bom mesmo é ser escolhido. Há uma entonação na voz para ler a lista de matreiros do ano seguinte. Primeiro, lê-se os nomes dos noveneiros, duas pessoas, um homem e uma mulher. Finalmente, é divulgada a lista dos mastreiros e as comemorações e brincadeiras começam: “Prepara a farofa, fulano”. Os festeiros de Coração de Jesus e Maria são os responsáveis por organizar os mastros. Hoje, também escutamos especulação sobre a banda de forró, já volto nisso.

A comunidade se reúne para preparar a festa. No dia anterior os homens matam a vaca e despencam a carne. No dia da festa, as mulheres começam a cozinhar de madrugada. O cardápio varia pouco, a base é arroz, farofa de feijão tropeiro, carne cozida, salada de tomate com repolho, macarrão e refrigerante. A comida é preparada em diversos fogões a lenha improvisados com tijolos. Ao longo dos dias, os foguetes vão anunciando quando a vaca está morta, as mulheres acordam para cozinhar, o mastro é levantado, a hora de anelar papel e quando a reza acaba. Os homens são responsáveis pela estrutura da festa: nos dias que antecedem buscam a madeira para o mastro e as girandas.

As girandas são madeiras menores utilizadas para segurar e dar estabilidade ao mastro no momento da levantada. Tratam a madeira, carregam para o local da festa, cuidam da iluminação, foguetes e instrumentos. À tarde, cortamos e anelamos os papéis de crepom e seda para enrolar no mastro. Essa atividade envolve mulheres, crianças e homens. A organização para a festa do mastro é repleta de gargalhadas, brincadeiras e reencontros. No final da tarde, os homens cuidadosamente levantam o mastro, próximo ao local da festa, e organizam as

girandas para mais tarde. As pessoas se aproximam para ver o mastro e tecer elogios.

Rocha narra a festa do mastro em Extrema:

Os festeiros oferecem a comida e a bebida na reza. O alimento é sagrado, é mais gostoso. A bebida é servida às pessoas, mas ao velho conhecido, o lugar é reservado, pode ser a cozinha, o quarto, atrás de uma árvore, no poste de luz sem lâmpada, ou na moita, tudo é feito com cuidado para não exagerar nem acabar logo. A alegria toma conta, a fartura é visível e muitos levam um pouquinho de “dicomê” para quem ficou em casa. Armazenam para quem não está na residência - e até mandam para conhecidos que não moram mais no lugar, mas que um dia se fizeram presentes nestas celebrações (Rocha, 2019, p. 19).

A sussa fez parte da festa do mastro por um tempo. Catarina dançava com um pé só e girava. Há gerações de mulheres que dançam sussa: vó Catarina, Maria Eusébia, Magna, Nazaré, Senhorinha. Em 2015, uma pessoa de uma família quilombola que estava afastada da Extrema foi escolhida para ser mastreira. A empolgação foi muita: trouxeram uma banda de forró, fizeram camisetas, estenderam bandeiras, incrementaram até o cardápio, serviram sobremesa, canjica. Desde então, a festa dos mastros passou a contar com bandas de forró. E se instaurou quase uma disputa para saber qual vai ser o melhor dia e quem irá trazer a melhor banda. As pessoas de fora sempre foram convidadas a participar da festa como mastreiros ou não. A esposa do mastreiro, pessoa de fora que lidera os preparativos, afirma, “ah, não, Madalena, se não tiver forró não tem graça”. Qual o sentido do mastro para esse sujeito? Tio Cipriano afirmou que o mastro acaba após servir a comida, há uma separação do que é sagrado. José Augusto também falou sobre a mudança na forma de fazer a festa:

Eu lembro assim de uma época... festa de mastro...pegava o mastro e depois tinha o sussa. Mas era o toc, toc lá como coisa de igreja. Aí uma época, a gente assim, rapaz novo, 16, 17 anos, e aí, a gente não sabia dançar o sussa. Aí nós pegou as meninas pra dançar, tudo na faixa etária nossa, moça e rapaz, mas era no ritmo de forró. O balançado nosso era no ritmo de forró, não era sussa. Aí seu Satilo do Levantado mandou parar na hora: “Ópa, aqui não, essas danças aí eu não aceito”, aí parou todo mundo. Hoje, na Extrema tem o mastro e o que rola é o forró, se não tiver um forró o povo não vai...tem gente que nem lá no mastro não vai, vem pro forró (José Augusto, entrevista, 2023).

Além disso, ele falou sobre a banda de forró aumentar os custos da festa. Em outro momento, as pessoas de Extrema deixaram de realizar a levantada dos mastros porque as pessoas “enchiam o bucho” na festa do santo e depois seguiam para o baile na fazenda dos Quincas Vieira, fazenda localizada no arredor de

Extrema. Isso não foi percebido como adequado pelos nossos mais velhos. Uma vez que nessa festa dançavam com o corpo “coladinho” e na Sussa os corpos permaneciam separados (Rocha, 2019). A festa do mastro é sagrada. Desse modo, se instaura uma disputa pelo modo de fazer a festa. São diferentes os sentidos e significados atribuídos por pessoas de fora, de dentro, e para quem é de dentro, mas está fora. Há menos de 5 anos a dança da sussa foi retomada nos mastros. Em uma de nossas orientações, Alex me lembrou que os processos de mudança estão acontecendo, não é possível falarmos em apagamentos e destruição das práticas de saúde, porque há algo que sobrevive e renasce nos movimentos de de/formação que as pessoas de Extrema realizam.

Na época, eu percebi que o Caio Vinícios (filho) aprendeu a tocar os instrumentos, ele sabe tocar, mas porque os amiguinhos dele não sabem, na hora de tocar ele fica mais distante. Eu fiquei muito triste quando eu falei assim, “meu filho, ajuda carregar o mastro”, tava faltando pessoas para ajudar carregar o mastro, sabe?. Aí ele ficou assim... eu falei, ele ajudou. Eu fiquei pensando, nossa, como assim, será que isso tudo tá acabando? Será que não tem mais jeito? Eu acho que o mastro tem que ser feito agora pelos mais novos, eles precisam começar a ter essa responsabilidade, dessa continuação...principalmente a continuação do mastro quilombola, porque isso é importante para gente, é o que segura a fé no lugar. E as pessoas de fora acompanham a gente, não temos que fazer o movimento contrário (Madalena Rocha, entrevista, 2024).

Com isso, retomo o termo contracolônização como um movimento de reação e resistência aos processos de colonização. O colonialismo impacta nas práticas de saúde quilombola, essa violência chegou aos nossos territórios. Mas, apesar das contradições, o quilombo segue se refazendo, se reinventando e sobrevivendo. Há algo que não se perdeu no movimento transatlântico. Gaby, com 12 anos de idade, aprendeu a dançar sussa e dança nos mastros. O Caio, aprendeu a tocar caixa e pandeiro no início da adolescência e assumiu o compromisso de acompanhar a folia de Reis que acontece na madrugada do dia 05 de janeiro. Em 2023, Cristiane, 23 anos, leu a via sacra pela primeira vez. Em 2024, a Kananda, 22 anos, também leu a via sacra pela primeira vez. Com isso, é possível perceber que os jovens estão assumindo o compromisso com a tradição, timidamente:

Eu sempre tive vontade de ler. Só que eu não estava esperando que ia ler aquele dia não. Só que tio Manoel tava com a garganta muito ruim, porque só ele tava lendo. Cri tinha lido a noite e de madrugada não tinha ninguém para ler. Aí ia ser Cri de novo, mas ela perguntou se eu queria ler, porque ela sabe que eu queria ler, só não tinha coragem. Eu gostei de ler, ano que vem mesmo eu não vou faltar nenhum dia para eu ler e ajudar eles rezar. Porque tá muito fraco para rezar aqui. Esse ano mesmo, nem foi todo domingo, porque é todo domingo, né? Não foi todo domingo porque não tava conseguindo ler, aí foi só perto da semana santa. Foi bom, eu só lembrei de nós pequenas brincando imitando o tio Manoel. Foi bom. Eu consegui fazer uma coisa que desde pequena eu tinha vontade (Kananda Gayce, entrevista, 2024).

Nós brincávamos de ler a via sacra. Desejávamos ler a via sacra, carregar a cruz, enfeitar o mastro. Há pessoas de dentro que vão para fora, mas permanecem sendo de dentro. Os movimentos de saída são importantes para articulações políticas.

A imagem 12 mostra Irene, Antônio e Romário levando o mastro para ser enfeitado no local da festa. O pau do mastro é escolhido cuidadosamente nos dias que antecedem a festa. Na imagem 14 é possível observar o mastro levantado e enfeitado com papéis de seda e crepom. O mastro é levantado no final da tarde. A imagem 15 foi tirada no Levantado, comunidade quilombola irmã, mostra os foliões saindo da casa do mastreiro em direção ao mastro para levá-lo à igreja. As pessoas que acompanham, realizam esse percurso com velas acesas. A imagem 15 mostra as pessoas devolvendo as velas ao mastro, quando chegam à igreja.



Figura 12 - Preparo para a festa do mastro. Fonte: Acervo pessoal, 2023.



Figura 13 - Girandas. Fonte: Acervo pessoal, Madalena Rocha.



Figura 14 - Mastro de Sagrado coração de Maria. Fonte: Acervo pessoal, Cristiane Rocha, 2023.



Figura 15 - Mastro de São João, comunidade Levantado. Fonte: Acervo pessoal, Madalena Rocha, 2019.



Figura 16 - Mastro de São João, comunidade levantado II. Fonte: Acervo pessoal, Madalena Rocha, 2019.

No próximo item abordo a atuação política da Associação Quilombola Extrema (AQUE) na garantia de direitos e a minha participação no Coletivo Nacional de Saúde Quilombola da CONAQ.

3.3 AQUE E CONAQ - ESPERANÇAR QUILOMBOLA

A Associação Quilombola Extrema (AQUE) foi criada e fundada em 2014 como instrumento de luta para acessar políticas públicas e garantia de direitos. A Associação foi pensada a partir de um projeto de habitação que tinha como público comunidades quilombolas. Nessa época, ainda não éramos certificados pela Fundação Cultural Palmares e para acessar o programa precisávamos de uma associação. Além disso, devido à ausência de uma organização política das lideranças de Extrema, a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) elegeu pessoas da comunidade para representar e fazer um levantamento para receber cisternas. Nesse programa, diversas pessoas quilombolas não foram atendidas enquanto fazendeiros e pessoas que moram aos arredores da comunidade receberam as cisternas. Isso reforçou a necessidade de mobilização e organização política da comunidade na garantia de direitos.

Na mesma época da constituição da AQUE, soubemos do UFGInclui, programa institucional de inclusão da Universidade Federal de Goiás, que cria uma vaga extra em cada curso de graduação para pessoas indígenas e quilombolas, bem como para candidatos surdos na graduação Letras-Libras, quando oriundos de escola pública (Universidade Federal de Goiás, 2008). Atualmente, temos mais de 20 jovens da Extrema cursando graduação na UFG, a maioria reside na Casa de Estudantes. Após 9 anos do ingresso da primeira pessoa de Extrema através do UFGInclui, temos pedagoga, psicóloga, nutricionista, jornalista, engenheiro civil e médica veterinária.

Ademais, a AQUE desenvolve ações de resgate e valorização da nossa cultura e ancestralidade por meio de projetos para produção de instrumentos e aulas; fabricação de bonecas de pano negras através do projeto Bonecas Catarina e Ateliê Terezinha; atividades de lazer; Educação e reivindicação de direitos no âmbito do governo municipal, estadual e federal.

Eu sou fruto dessa organização política, uma vez que o meu ingresso na universidade traz comigo todos esses elementos. Em 2023, passei a integrar o Coletivo Nacional de Saúde da Coordenação Nacional de Articulação das

Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). O encontro com o Coletivo ocorreu após a participação na 1ª Conferência Nacional Livre de Saúde Quilombola da CONAQ que tinha como tema, “A saúde quilombola como política pública: Em defesa da democracia, do direito à terra e por um novo modelo de saúde nos territórios quilombolas”. Fui eleita uma das 10 delegadas para a 17ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em julho de 2023, em Brasília, Distrito Federal. Foi a primeira vez que uma Conferência Nacional de Saúde contou com uma delegação quilombola. A imagem a seguir mostra parte da delegação quilombola na Conferência Nacional De Saúde:



Figura 17 - Delegação quilombola na CNS. Fonte: Acervo pessoal, autoria desconhecida, 2023.

No Relatório Final da 1ª Conferência Nacional Livre de Saúde Quilombola, a CONAQ definiu saúde como:

Saúde é ter o acesso à terra, regularização e demarcação dos territórios quilombolas assegurados, preservando a natureza ao seu redor e a cultura ancestral e tradicional quilombola afro-brasileira. Ter saúde é verdadeiramente ser livre das amarras do racismo, escravismo e da colonialidade, é ter o direito à cidadania sem ter que obrigatoriamente ir para a cidade. Saúde é reparação, liberdade, igualdade e emancipação do povo negro quilombola (...). Sem acesso à terra quilombola não se tem saúde, enquanto os territórios quilombolas não forem titulados não haverá saúde, com racismo não se tem saúde. É preciso contra-colonizar! Teremos saúde quando o Brasil-nação for menos desigual social e racialmente” (...) (Conaq, 2023c, p. 3).

A saúde quilombola precisa ser vista enquanto política pública, é preciso que se crie uma Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Quilombola, de modo a olhar para as suas especificidades. Foi apenas a partir da Constituição Federal de 1988 que os direitos quilombolas foram reconhecidos pelo Estado brasileiro, mesmo assim, são escassas as iniciativas que se debruçam em garantir o direito à saúde para as comunidades quilombolas, especialmente em territórios rurais e remotos.

Em contrapartida ao cenário de escassez de políticas de saúde, ao longo dos seus 450 anos as comunidades quilombolas desenvolveram uma série de tecnologias ancestrais de cuidado em saúde, a medicina quilombola tradicional foi e é o principal responsável pelo cuidado em saúde dentro das comunidades até a atualidade” (...). (Conaq, 2023c, p. 1).

A CONAQ amplia a concepção de saúde, articulando-a ao direito à terra, ao viver no território e aos modos de vida quilombolas. Além disso, convoca o Estado brasileiro a assumir a intersectorialidade como princípio na formulação e implementação das políticas públicas. Brito (2025), aponta que a Saúde Quilombola se estrutura em duas frentes: a Saúde Ancestral Quilombola e a Atenção à Saúde. A primeira refere-se à medicina quilombola e às práticas de cuidado ancestrais, enquanto a segunda corresponde à dimensão institucional, vinculada aos serviços públicos de saúde. Nesse sentido, a CONAQ defende uma concepção de saúde que integra os saberes ancestrais e, simultaneamente, reivindica do Estado a implementação de políticas públicas específicas. Assim, a Saúde Quilombola articula-se à defesa de um Sistema Único de Saúde (SUS) inclusivo. Para avançar nessa direção, é necessário construir políticas públicas desvinculadas da colonialidade, o que exige escuta qualificada das próprias comunidades quilombolas sobre o tema. As propostas aprovadas na 17ª Conferência Nacional de Saúde advindas da Conferência Nacional Livre apontam caminhos para a saúde quilombola no Brasil. Agora, a União, os estados e municípios devem executar o Plano Nacional de Saúde (2024-2027).

Nós não esperamos o convite para sentar à mesa dos brancos timidamente e contribuir com seus trabalhos de campo. A negrada está armando a quizumba, se organizando politicamente, ingressando na universidade e disputando espaços de poder (Gonzalez, 2018). Este trabalho demonstra a passagem do lugar de outridade para sujeito. A obra poética “Vozes-mulheres” de Conceição Evaristo também mostra a intensificação expressiva e sonora de gerações em relação às lutas e projeções futuras:

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
 ecoou baixinho revolta
 no fundo das cozinhas alheias
 debaixo das trouxas
 roupagens sujas dos brancos
 pelo caminho empoeirado
 rumo à favela

A minha voz ainda
 ecoa versos perplexos
 com rimas de sangue
 e
 fome.

A voz de minha filha
 recolhe todas as nossas vozes
 recolhe em si
 as vozes mudas caladas
 engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
 recolhe em si
 a fala e o ato.
 O ontem – o hoje – o agora.
 Na voz de minha filha
 se fará ouvir a ressonância
 O eco da vida-liberdade (Evaristo, 2017).

Seguimos acreditando e lutando para que as gerações futuras ecoem a liberdade. Pois como afirma Beatriz Nascimento (2018, p. 7):

O quilombo é um avanço, é produzir ou reproduzir um momento de paz. Quilombo é um guerreiro quando precisa ser guerreiro. E também é o recuo se a luta não é necessária. É uma sapiência, uma sabedoria. A continuidade de vida, o ato de criar um momento feliz, mesmo quando o inimigo é poderoso, e mesmo quando ele quer matar você. A resistência. Uma possibilidade nos dias da destruição (Nascimento, 2018, p. 7).

Segundo Tio Cipriano, ter saúde é estar sadio, sem problemas, viver com tranquilidade e isto envolve a união das pessoas, amizade, um lugar calmo e tradição religiosa. Nós reivindicamos a demarcação do nosso território para continuar vivendo em um lugar calmo, com tranquilidade onde se pode acenar e abençoar o companheiro que passa na rua. O pertencimento ao território conecta com a ancestralidade e o modo de vida coletivo (hooks, 2022):

Eu gosto de ir pro brejo, porque lá é um lugar silencioso e tem a sombra boa, e quando estou com a cabeça muito cheia eu gosto de ir para lá sentar lá e ouvir o som da natureza. Nem levo o celular. Eu aprendi com meu avô (Cipriano), ele gosta muito de descer pra lá e ficar de boa. Eu comecei a descer com ele e aí depois de um tempo eu comecei a descer só. Antigamente eu descia para ajudar ele na roça, aí nós ficava sentado lá conversando, e agora eu desço para ficar sentado lá (Luan Júnior, entrevista, 2023).

Extrema está no bioma do Cerrado. Esse bioma sofre com a expansão da mineração e da agropecuária extensiva. Estima-se que atualmente resta apenas 48% da vegetação nativa. Os povos quilombolas contribuem para a preservação da natureza por meio do modo de vida que é baseado no uso racional e sustentável dos recursos naturais a partir da compreensão que a terra é viva. Enquanto o Brasil tem aproximadamente 48% do bioma do cerrado nativo e Goiás apenas 30%, o território do quilombo Kalunga mantém 83% da vegetação intocada. Segundo dados divulgados pelo MAPbiomas, os territórios quilombolas estão entre as menores áreas de desmatamento no país. De forma que entre 1985 e 2022 a perda de vegetação nesses territórios foi de 4,7%, enquanto nas propriedades privadas atingiu 17%. Além de observar que territórios titulados perderam menos vegetação nativa. Com isso, reforça-se a importância da titulação dos territórios quilombolas como direito à terra e manutenção da vida.

Sobre os movimentos de resistência no cerrado, é possível mencionar Lucely Pio, quilombola pertencente à comunidade do Cedro, em Mineiros, Goiás. Raizeira e especialista em plantas medicinais do cerrado, participa de projetos para preservação das plantas medicinais por meio da coleta sustentável de plantas em extinção e plantio na comunidade do Cedro. Além disso, a comunidade possui um Centro comunitário de plantas medicinais desde 1988, produzem xaropes, garrafadas, chás, pomadas, remédios para gripe, tosse, reumatismo, gastrite entre outros (Museu do Cerrado, 2024).

É necessário avançar na compreensão de saúde para além do modelo ocidental e biomédico. O Sistema Único de Saúde (SUS), política pública universal de saúde, precisa abranger as especificidades das comunidades quilombolas para melhorar e ampliar o acesso à saúde em nossos territórios. O Coletivo Nacional de Saúde da CONAQ e instituições parceiras apontam o caminho: garantir a participação de lideranças quilombolas nas discussões e organização dos serviços de saúde que atuem dentro dos territórios; inclusão de saberes e práticas ancestrais de cuidado e medicina quilombola nas unidades de saúde por meio de formações e Educação popular no âmbito municipal, estadual e federal; desenvolver ações de formação permanente com foco na saúde quilombola para os profissionais da rede de saúde tendo em visto o combate ao Racismo Estrutural e institucional na saúde.

É preciso garantir a cobertura da Estratégia de Saúde da Família (ESF) em todas as comunidades quilombolas como forma de acesso à atenção primária à saúde de base territorial dentro dos quilombos, respeitando as práticas de cuidado e saúde tradicionais (Epifânio, *et. al.* 2024).

Para construirmos um sistema de saúde verdadeiramente inclusivo, é preciso garantir a participação de pessoas quilombolas no controle social do SUS: conselhos municipais, estaduais e nacional de saúde. Além de incluir a temática da saúde quilombola no ensino curricular dos cursos de graduação, residências em saúde e pós-graduação. Além de implantar e fortalecer o programa Farmácia viva em unidades Básicas de Saúde que estão em territórios quilombolas como forma de garantir a participação de benzedeiros, raizeiros, rezadeiras nos processos de cuidado com a saúde (Epifânio *et. al.*, 2024).

A invisibilidade, estratégia do Estado, sofrida pelas comunidades negras e quilombolas compromete a saúde dessa população, uma vez não são percebidas as particularidades nas condições socioculturais no diagnóstico, tratamento e prognóstico (Xavier, 2012).

Silva (2021) tensiona o princípio de universalização do SUS, pois um sistema de saúde que se propõe a ser universal pode homogeneizar e padronizar o cuidado com a saúde desconsiderando a diversidade étnica e cultural que existe no país e suas epistemologias. Desse modo, o autor propõe a pluriversização em contraposição a universalização colonialista no cuidado com a saúde. É preciso aquilombar a saúde coletiva e reconhecer a potência e a importância dos saberes quilombolas e afro diaspóricos para o SUS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades quilombolas sofrem um processo histórico de invisibilização e foram reconhecidas como sujeitos de direitos somente a partir da Constituição Federal promulgada em 1988. Ainda assim, os processos de reparação histórica são lentos. Diante disso, objetivou neste trabalho discutir as tecnologias de cuidado e resistência desenvolvidas pelas pessoas de Extrema às tentativas de apagamento do Estado e da Igreja Católica. A pesquisa teve como ponto de partida a trajetória de Catarina Maria da Conceição com o intuito de visibilizar a trajetória da Matriarca de Extrema e o trabalho de liderança realizado por mulheres quilombolas.

Ser uma pesquisadora de dentro me fez beber na fonte de Escrevivência de Conceição Evaristo. As minhas memórias, experiências e afetos tiveram lugar neste estudo. O Eu que é também é coletivo e político construiu uma escrita denunciativa. Seria um texto antropológico? Uma Etnografia? Ainda não sei o que quero com a Antropologia. Seria possível falarmos em um giro epistemológico na Antropologia Social? Sigo refletindo sobre a questão colocada por Ochy Curiel (2020, p. 09):

Temos que nos perguntar: bem, qual é a nossa proposta política? Seria nos inserir no modelo? Porque isso é uma simples lógica de imersão... Ou, talvez, o que precisamos é remover esse modelo para que possa acontecer outro tipo de reconhecimento de relações sociais?

Seria possível uma Antropologia Quilombola?

Tendo a pensar que o que tem ocorrido na Antropologia Social é um reformismo que mantém seus fundamentos colonialistas. Não é possível dizer, ainda, que houve uma mudança estrutural. Ou seja, o que temos conseguido são conquistas dentro dessa lógica colonial, mas isso não é suficiente. A possibilidade do giro epistemológico está na construção das próprias narrativas e no estudo sobre os processos de dominação. Os antropólogos brancos estão dispostos a se haver com seus privilégios e sua história? O que acontece quando a Antropologia é confrontada? Seria possível apostar na possibilidade de destruição da Antropologia para reconstrução e renovação? Ora, para isso é preciso encarar as perdas envolvidas nesse processo, perdas de privilégio.

Deixo esse campo com a percepção de que os Antropólogos não escutam quando o lixo vai falar (Gonzalez, 2020), pelo contrário, fazem o movimento de

silenciar e questionar a intelectualidade. Por vezes, pode ser cansativo e adoecedor armar a quizumba e ser a neguinha malhada (Gonzalez, 2020).

Compreendo que há um movimento de contra-colonização que fez e faz força contrária aos processos de catequização e atualização dos processos de colonização no nosso território. Apesar dessas organizações insistirem na sobreposição e aniquilamento. Nós queremos somar para que o rio tenha mais força. A criação de uma Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Quilombola é uma proposta de integração dos nossos saberes ao Sistema Único de Saúde.

Sonhamos com um país antirracista, democrático e confluyente, e os povos quilombolas podem contribuir. Uma vez que somos um povo que sobreviveu as tentativas de aniquilamento, apagamento e genocídio. Sobrevivemos e vivemos porque apostamos na comunidade. Com isso, finalizo com a fala do mestre Nego Bispo (2023, p. 54) “Não precisamos destruir os colonialistas. Deixemos que vivam, desde que vivam com o sol deles e não venham roubar o nosso sol ou nosso vento. O mundo é grande e tem lugar para todo mundo. O mundo é redondo exatamente para as pessoas não se atropelarem”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

ANÁLISE situacional dos dados clínicos da população de comunidades rurais e tradicionais do Estado de Goiás: 2019 [E-book] / Valéria Pagotto ... [et al.]. – Goiânia: Cegraf UFG, 2022. 521 p. : il. – (Condições de saúde e saneamento das comunidades rurais e tradicionais do Estado de Goiás). Disponível em: https://sanrural.ufg.br/wp-content/uploads/2022/06/SanRural_DTAC_Livro_Saude_SanRural.pdf. Acesso em: 11 jun. 2024.

ASANTE, M. K. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. *In*: NASCIMENTO, E. L. (org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo negro, p. 93-110, 2009.

BARROS J. A. C. Pensando o processo saúde: a que responde o modelo biomédico? **Revista Saúde e Sociedade**, v. 11, n. 1, p. 67-84, 2002. Disponível: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/4CrdKWzRTnHdwBhHPtjYGWb/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BATISTA, L. E., WERNECK, J. e LOPES, F. (orgs.). A Visão da Feminilidade sobre os cuidados em saúde dos Quilombos Contemporâneos - Eliana Costa Xavier. *In*: **Saúde da população negra**. 2. ed. Brasília, DF: ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012. – (Coleção negras e negros: pesquisas e debates/ coordenação Tânia Mara Pedroso Müller).

BRASIL. **Decreto 10.252, de 20 de fevereiro de 2020**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2020/decreto-10252-20-fevereiro-2020-789792-publicacaooriginal-160038-pe.html>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acesso em: 22 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 22 jul. 2023.

BRASIL. **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)**, 1988: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/conadc/1988/constituicao.adct-1988-5-outubro-1988-322234-norma-actualizada-pl.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde: Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra** : uma política para o SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. – 3. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2017. 44 p. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 jun. 2024.

Brito, M. D S. **Aquilombar a saúde, contracolonizar as lutas: o projeto político do movimento quilombola para a saúde no Brasil**. Dissertação(Mestrado) Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia/ Salvador: 2025.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 10 maio 2024.

CARVALHO, J.J; KIDOIALE, M.; CARVALHO, E. N.; COSTA, S. L. 2020. “Sofrimento psíquico na universidade, psicossociologia e Encontro de saberes”. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 35, n.1: 135-162. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/yxrR4dMvNYmB3SZYTdZCVCQ/>. Acesso em: 12 jun. 2024.

CONAQ. **Racismo e violência contra quilombos no Brasil [livro eletrônico] : 2018- 2022** / realização Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Terra de Direitos. -- 2. ed. -- Curitiba, PR : Terra de Direitos, 2023

CRUZ, D. F. C e RODRIGUES, V. “Zora Hurston entre nós”. In: **Ayé**: Revista de Antropologia. Textos escolhidos de Zora Hurston. Colegiado de Antropologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. n. 1, v. 1 (2019). Acarape, 2019, p. 29-38. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7913748/mod_resource/content/0/Hurston%2C%20Zora_Revista%20Aye%CC%81%20Unilab%20Edic%CC%A7a%CC%83o%20Especial%20Zora%20N.%20Hurston.pdf. Acesso em: 11 jun. 2024.

CURIEL, O. Antropologia da dominação, lesbianidade feminista decolonial e a re-direitização da sociedade: uma entrevista com Ochy Curiel. Entrevista concedida a: RANGEL, Nestor E. M. FRANCISCO, Camila R.; DOS SANTOS, Bruno V.. **Cadernos Pagu**, n. 64, 2022. Disponível: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/PYzF4DrBjmfRWTfj67RGMdS/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

DAMASIO, A. C. S. **Fazer-Família e Fazer-Antropologia uma etnografia sobre cair pra idade, tomar de conta e posicionalidades em Canto do Buriti-PI**. 2020. 206 f.

DELITO de 'vadiagem' é sinal de racismo, dizem especialistas. **Agência Senado**, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/09/delito-de-vadiagem-e-sinal-de-racismo-dizem-especialistas>. Acesso em: 04 jun. 2024.

EPIFÂNIO, Maria das Graças; BRITO, Mateus dos Santos; SILVA, Ana Maria Eugênio da Silva; NASCIMENTO, Francisca Marleide do; SANTOS; Amanda Barbosa Veiga dos; MOURA, James Ferreira. **Cartilha de Cultivo da Saúde Quilombola no Sistema Único de Saúde (SUS)**. Expressão Gráfica/ CONAQ: Fortaleza/CE, 2024. 16p.

EVARISTO, C. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. *In: Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*, 2007. Alexandre, Marcos A. (org.). Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 16-21.

EVARISTO, C. **Poemas de recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017. p.24-25.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino- americano**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 77-78.

GOMES, Nilma Lino. **Mulheres quilombolas: territórios de existência negras femininas/ organização [de] Selma dos Santos Dealdina**. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2021, p. 11-12.

hooks, b. Vivendo de amor. *In: Geledes*, 2010, s/p. Disponível em <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. Acesso em: 10 set. 2022.

hooks, b. **Pertencimento: uma cultura do lugar**. Tradução de Renata Balbino. São Paulo: Elefante, 2022.

INESC. **Nota técnica regularização fundiária quilombola: Série histórica orçamento- 2014 a 2022**. Brasília, 2022. Disponível em: https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/10/Orcamento-Regularizacao-Fundiaria-Quilombola_2014-a-2023.pdf. Acesso em: 04 jun. 2024.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação - Episódios de racismo cotidiano**. Tradução: Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro. 248 p.

KRAHÔ, C. P. **Wato ne hômpu ne kãmpa: Convivo, vejo e ouço a vida Mehi (Măkrarè)**. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais), Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/31077>. Acesso em: 11 jun. 2024.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: Questões conceituais e normativas. **Revista Etnográfica**, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf. Acesso em: 11 jun. 2024.

MARTÍN-BARÓ, I. **Crítica e libertação na Psicologia**: estudos psicossociais. Organização, notas e tradução: Fernando L. J. Petrópolis: Vozes, 2017. 336 p.

MAZAMA, A. Afrocentricidade como um novo paradigma. *In*: NASCIMENTO, E. L. (org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo negro, 2009. p. 111-128.

MATÉRIAS Especiais. Quilombolas no Brasil. **IBGE educa**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21311-quilombolas-nobrasil.html>. Acesso em: 12 maio 2024.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018. 80 p.

MORTE de mães negras é duas vezes maior que de brancas, aponta pesquisa. **Ministério da Saúde**, 23 nov. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/morte-de-maes-negras-e-duas-vezes-maior-que-de-brancas-aponta-pesquisa>. Acesso em: 04 jun. 2024.

NASCIMENTO, A. Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira. *In*: NASCIMENTO, E. L. (org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo negro, 2009. p. 197-218.

NASCIMENTO, A. **O Quilombismo**: Documentos de uma militância pan-Africanista. Petrópolis, RJ, 1980. Editora Vozes.

NASCIMENTO, B. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual**: possibilidades nos dias de destruição. São Paulo: Editora Filhos da África/Diáspora Africana. 2018.p. 07.

NASCIMENTO, S. A.; ABIB, P. O efeito da cruzada neoevangélica sobre remanescentes de quilombo: questões sobre educação e identidade quilombola. **Horizontes**, Campinas, v. 34, n. 1, p. 33-44, 2016. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/338>. Acesso em: 8 maio 2024.

NOGUEIRA, Roberto Passos. **Determinação Social da Saúde e Reforma Sanitária**/ Roberto Passos Nogueira (Organizador) – Rio de Janeiro: Cebes, 2010.

NÚÑEZ, G. **Descolonizando afetos**: experimentações sobre outras formas de amar. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023. 192p.

RACISMO religioso cresce no país, prejudica negros e corrói democracia. **Agência Senado**, 2023. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/03/racismo-religioso-cresce-no-pais-prejudica-negros-e-corroi-democracia>. Acesso em: 04 jun. 2024.

ROCHA, M. M. S. **Na caçada da onça**: curreleira e sussa enquanto performances culturais quilombolas. 2019. 112 f. Dissertação (Mestrado em Performances Culturais) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/9294c08f-a552-448e-9e4c-a38650dd86b5>

ROCHA, R. **Extrema**: o meu lugar no mundo. Livro-Reportagem, Goiânia, 2021. 109 p.

ROCHA, M. S. **Ser educador quilombola é nos encontrar uns nos outros**: uma etnografia sobre educação quilombola antirracista baseada na ciência do quilombo de Extrema. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/e7ab4862-0914-47c1-a465-1b1f4a51e371>. Acesso em: 12 mar. 2024.

ROCHA, P. R.; DAVID, H. M. S. L. Determinação ou Determinantes? Uma discussão com base na Teoria da Produção Social da Saúde". **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 49, n.1, p. 129-135, jan./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/4Ndw5mtQzq4DG67WgZmFxRj/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SANTOS, A. C. Invasão e colonização. *In*: CARVALHO, J. J. **Colonização, Quilombos, modos e significados**. Brasília, 2015. 150 p.

SANTOS, A. C. Somos da terra. **Piseagrama**, Belo Horizonte. N° 12, 2018, p. 44 - 51, ago. 2018.

SANTOS, A.C. a terra dá, a terra quer. São Paulo: **Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023**.

SILVA, A. L. **Contracolonização quilombola, afrocentricidade e o paradigma biomédico**: a questão étnico-racial nos programas de extensão de cobertura assistencial no Sistema Único de Saúde, 2021. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva), 2021).

SILVA, G. M. D. **O Quilombo de Conceição das Crioulas**: uma terra de mulheres: luta e resistência quilombola. 2022. 381 p. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/46178>. Acesso em: 11 jun. 2024.

SOMÉ, S. **O espírito da intimidade**: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar. Trad. Deborah Weinberg. 2ª ed. São Paulo: Odysseus, 2007.

SORRISO NEGRO. [Compositores]: Adilson Barbado e Jorge Portela. [Intérpretes]: Dona Ivone Lara e Jorge Ben Jor. 1981. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xVtowndTTiE>. Acesso em: 10 jun. 2024.

TAKAKI, N. H. Por uma autoetnografia/autocrítica reflexiva. **Revista Transdisciplinar de Letras, Educação e Cultura da UNIGRAN** - InterLetras, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341040512_Por_uma_autoetnografiaautocritica_reflexiva. Acesso em: 20 abr. 2024.

TERRITÓRIOS quilombolas estão entre as áreas mais preservadas no Brasil. **MapBiomias**. 2023. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2023/12/13/territorios-quilombolas-estao-entre-as-areas-mais-preservadas-no-brasil/>. Acesso em: 04 jun. 2024.

UCPA, União dos Coletivos Pan-Africanistas. **Lélia Gonzalez**: Primavera para as rosas negras. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. Rio de Janeiro: Diáspora Africana, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Conselho Universitário. **Resolução n.º 29, de 01 de agosto de 2008**. Cria o Programa UFGInclui na Universidade Federal de Goiás e dá outras providências. Goiânia: Conselho Universitário, 2008. Disponível em: https://prograd.ufg.br/up/90/o/Resolucao_CONSUNI_2008_0029.pdf. Acesso em: 04 jun. 2024.

VIOLÊNCIA e impunidade: pelo menos 30 quilombolas foram assassinados nos últimos 10 anos. **Conaq**, Brasília, 18 ago. 2023. Disponível em: <https://conaq.org.br/noticias/violencia-e-impunidade-pelo-menos-30-quilombolas-foram-assassinados-nos-ultimos-10-anos/>. Acesso em: 04 jun. 2024.

XAKRIABÁ, C. Amansar o giz. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, número 14, página 110 - 117, 2020.

30% da água consumida por comunidades rurais de Goiás está contaminada, avalia pesquisa da UFG. **Jornal UFG**, 13 de junho de 2023. Disponível em: <https://jornal.ufg.br/n/170773-30-da-agua-consumida-por-comunidades-rurais-de-goias-esta-contaminada-avalia-pesquisa-da-ufg>. Acesso em: 04 jun. 2024.

ENTREVISTAS

ROCHA, Cipriano Justino 2023. Entrevista. Entrevistadora: Amanda Glayce Lopes do Sacramento. Comunidade Quilombola Extrema, Iaciara, Goiás. (Não publicada).

ROCHA, Cristiane Cesário 2023. Entrevista. Entrevistadora: Amanda Glayce Lopes do Sacramento. Comunidade Quilombola Extrema, Iaciara, Goiás. (Não publicada).

ROCHA, Eremita Paula da. 2023. Entrevista. Entrevistadora: Amanda Glayce Lopes do Sacramento. 26 de junho de 2023. Comunidade Quilombola Extrema, Iaciara, Goiás. (Não publicada). Duração: 37min37 seg.

AUGUSTO, José. 2023. Entrevista. Entrevistadora: Amanda Glayce Lopes do Sacramento. 28 de junho de 2023. Comunidade Quilombola Extrema, Iaciara, Goiás. (Não publicada). Duração: 1h26min34seg.

SACRAMENTO, Kananda Glayce Lopes do. 2023. Entrevista. Entrevistadora: Amanda Glayce Lopes do Sacramento. 21 de junho de 2023. Comunidade Quilombola Extrema, Iaciara, Goiás. (Não publicada). Duração: 20 min 51 seg.

ROCHA, Luan Junior, 2023. Entrevista. Entrevistadora: Amanda Glayce Lopes do Sacramento. 28 de junho de 2023. Comunidade Quilombola Extrema, Iaciara, Goiás. (Não publicada). Duração: 25 min 26 seg.

ROCHA, Madalena. 2023. Entrevista. Entrevistadora: Amanda Glayce Lopes do Sacramento. 25 de junho de 2023. Comunidade Quilombola Extrema, Iaciara, Goiás. (Não publicada). Duração: 47min8seg.

DEUS, Maria de, 2023. Entrevista. Entrevistadora: Amanda Glayce Lopes do Sacramento. 24 de junho de 2023. Comunidade Quilombola Extrema, Iaciara, Goiás. (Não publicada) Duração: 42 min 32 seg.

ROCHA, Maria Nonato 2023. Entrevista. Entrevistadora: Amanda Glayce Lopes do Sacramento . 27 de junho de 2023. Comunidade Quilombola Extrema, Iaciara, Goiás. (Não publicada). Duração: 37min27seg.

LOPES, Ronaldo Moreira, 2023. Entrevista. Entrevistadora: Amanda Glayce Lopes do Sacramento. 29 de junho de 2023. Comunidade Quilombola Extrema, Iaciara, Goiás. (Não publicada). Duração: 34 min 55 seg.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada **Corpo, memória e resistência: processos de saúde no Quilombo de Extrema**. Meu nome é Amanda Glayce Lopes do Sacramento, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é a Antropologia Social. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra ficará comigo. Esclareço que em caso de recusa na participação, em qualquer etapa da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo (a) pesquisador (a) responsável, via e-mail amandaglayce@discente.ufg.br e, através do seguinte contato telefônico: (62) 9 84694537, inclusive com possibilidade de ligação a cobrar. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215, que é a instância responsável por dirimir as dúvidas relacionadas ao caráter ético da pesquisa. O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP-UFG) é independente, com função pública, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, criado para proteger o bem-estar dos/das participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos vigentes.

A presente pesquisa tem como objetivo geral compreender os processos de saúde e adoecimento no Quilombo de Extrema. Serão realizadas perguntas acerca do seu modo de vida e como você percebe as práticas de saúde em Extrema, e para isso deverá reservar um período de aproximadamente 1 hora. Você tem direito ao ressarcimento das despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, inclusive transporte e alimentação, se for o caso.

Em caso de danos, você tem o direito de pleitear indenização, conforme previsto em Lei.

Se você não quiser que seu nome seja divulgado, está garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato. As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas. A participação na pesquisa gera o risco de cansaço e mobilização afetiva, no entanto comprometo-me em propiciar o máximo de benefícios tais como a possibilidade de reflexão acerca dos processos de saúde e adoecimento individuais e coletivos. Além disso, caso você solicite, a entrevista/ conversa poderá ser interrompida e remarcada.

() Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.

() Não permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.

Pode haver necessidade de dados coletados em pesquisas futuras, desde que seja feita nova avaliação pelo CEP/UFG. Assim, solicito a sua autorização, validando a sua decisão com uma rubrica entre os parênteses abaixo:

() Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.

() Não Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.

Declaro que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu,, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado **Corpo, memória e resistência: processos de saúde no Quilombo de Extrema**. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora responsável **Amanda Glayce Lopes do Sacramento** sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, de de2023.

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso da pesquisadora responsável